



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26 de Novembro de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 31ª audiência pública semipresencial dessa Comissão do ano de 2025, convocada para hoje, dia 26 de novembro.

Presentes os Vereadores Marcelo Messias, André Santos e Silvinho Leite.

Essa audiência pública temática tem por objetivo debater o tema dos projetos de leis orçamentários: PL 1168/2025, do Executivo (Prefeito Ricardo Nunes), que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2026-2029; e PL 1169/2025, do Executivo (Prefeito Ricardo Nunes), que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2026.

Informo que essa reunião está sendo realizada de forma semipresencial, no salão nobre Presidente João Brasil Vita e mediante o aplicativo Microsoft Teams. É transmitido ao vivo na página Auditórios *On-line* do *site* da Câmara Municipal e nos canais do YouTube e do Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade* desde o dia 10 de outubro de 2025. Foi publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, nos dias 9, 13, 17, 21 e 29 de outubro e 7 de novembro; e no jornal *Folha de S. Paulo*, nos dias 10, 14 e 27 de outubro e 5 e 10 de novembro.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no site da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 9 de outubro de 2025, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual/.

Foram convidados para essa audiência o Sr. Clodoaldo Pelizzoni, Secretário Executivo de Planejamento e Eficiência, que já está presente. Obrigado pela presença, Secretário Clodoaldo. Clodoaldo Pelizzoni

Também foi convidado o Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Sr. Domingos Dissei, Conselheiro e Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, representado pelo Sr. Rodrigo de Almeida Brito Nonato, que fará a apresentação.

Quem veio representando o Sr. Luis Felipe? Não veio ninguém da Fazenda ainda?
Não chegou?

– Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Não virão? Ok, obrigado.

Também está aqui conosco nossa nobre Vereadora Janaina Paschoal.

Declaro nesse momento abertas as inscrições para podermos fazer a apreciação da audiência pública. Cada orador terá três minutos, como de costume, para conseguirmos fazer o nosso trabalho.

Chegou o nosso Presidente, sempre Presidente da Comissão de Finanças, Sr. Vereador Jair Tatto, ao qual eu passo a presidência. Presidente, por favor.

– Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre relator, Vereador Marcelo Messias.

A Sra. Vereadora Janaina já foi anunciada, já está na Mesa; Sr. Vereador Silvinho Leite, nosso relator do PPA, está presente – acho que já o anunciaram.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa pede um espaço na Mesa. Quem o representará?

Inscrições estarão abertas até o fim da fala de exposição do Secretário Clodoaldo, é isso?

Secretário, quantos minutos? É uma devolutiva?

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – É uma apresentação pequena de quinze minutos, se você me conceder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O TCM tem exposição? Então, começamos pelo TCM. Pode ser, Sr. Clodoaldo?

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Pode. E se houver alguma coisa, já falo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quantos minutos?

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – Ainda não sei dizer de quantos minutos precisarei.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Se puder, no limite de dez minutos. Naturalmente, vêm as perguntas depois.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra e a exposição. E, ao final da fala e exposição do Sr. Rodrigo, representante do TCM, encerramos as inscrições.

Pois não, tem a palavra.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – Posso começar? Bom dia a todos. Meu nome é Rodrigo Nonato. Eu sou Auditor do Tribunal de Contas Do Município de São Paulo.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão, todos os representantes presentes da Câmara de Vereadores – os Vereadores – e o representante da Secretaria de Planejamento. Não sei se a Secretaria da Fazenda está presente, mas são Secretarias com que temos ótima relação e sempre que demandamos, somos prontamente atendidos. Isso é muito importante para um diálogo institucional produtivo.

Cumprimento, também, a sociedade civil organizada e todos aqueles que estão acompanhando pela *internet*.

Sr. Presidente, queria parabenizar a presença de todos. Defendemos e incentivamos o controle social, que é inerente à própria ideia de democracia e acho que tem tudo a ver com a discussão que travaremos.

Gostaria de registrar, também, Sr. Presidente, que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, além da presença nas audiências públicas gerais, tem intensificado a presença nas audiências públicas temáticas, ouvindo a população e entendendo as demandas da sociedade. Isso é uma demanda do nosso Secretário de controle externo, Sr. Rafael Arantes, que cobra muito isso, de modo que pretendemos intensificar nos próximos exercícios.

Antes de iniciar, gostaria de fazer um agradecimento especial a toda equipe técnica que analisou os projetos de lei do Plano Plurianual e do projeto de lei da Lei Orçamentária Anual pelo empenho e dedicação.

Foi, aproximadamente, um mês se debruçando sob diversos documentos complexos e diversos anexos. Agradecemos toda a equipe e gostaria de citá-los nominalmente: Alessandro, da Coordenadoria III, a quem eu agradeço; Jenifer; Juliana; Yuri; e o Marcos Thulyo, que atuou com um verdadeiro líder nessa auditoria e nos termos das normas de auditoria.

Feitas essas considerações iniciais, passo para a análise técnica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Fui o supervisor desses dois trabalhos e, também, debrucei-me sobre esses projetos. Se puder passar o *slide*, agradeço.

Farei uma breve contextualização, antes, para que todos possam entender. As principais peças da Administração Pública são três: o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. Então, trago essa ilustração para que a sociedade compreenda como funciona a Administração Pública.

O Plano Plurianual apresenta as diretrizes, objetivos e metas para quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias explicita as metas e as prioridades do ano; e a Lei Orçamentária Anual estima as receitas e as despesas do ano.

Então, o Plano Plurianual tem um papel estratégico; a LDO atua como elo de ligação entre o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual; e a Lei Orçamentária Anual tem um papel de aplicação, efetivamente, nas políticas públicas.

É importante ter essa compreensão de como funciona. A LDO já foi aprovada por esta Casa; o que estamos discutindo aqui é o Plano Plurianual e a LOA.

Começo falando sobre – já passando para a análise técnica – a utilização de valores simbólicos nos projetos de PPA e LOA. Tentarei tratar os dois em conjunto, porque devem ser compatíveis entre si. Então, é importante, também, essa contextualização de PPA, LDO e LOA para uma compreensão melhor pela sociedade.

O que são valores simbólicos? São valores que não representam a real perspectiva do dispêndio das ações orçamentárias. Constatamos que, aproximadamente, 84% dos programas apresentam valores simbólicos. Utilizamos como critério até 3 mil; 3 mil para baixo são valores simbólicos que não atendem à demanda daquela política pública.

No caso, 14,5% das dotações do orçamento para 2026 foram impactados, afetando 83 dos 93 órgãos do município. Isso demonstra que esses valores simbólicos não atendem às demandas da sociedade.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – Os órgãos afetados são aqueles que tiveram dotações orçamentárias com valores simbólicos. Trago aqui os exemplos para melhor compreensão. Por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento, ação 7322 – Prevenção a Desastres, teve dotações de aproximadamente mil reais, com pequenos reajustes durante o exercício. Também trago o exemplo da Infraestrutura, ação 5388 – Construção do Parque Minhocão, que teve valores simbólicos de mil reais. Nesse caso específico, não houve sequer reajuste.

Chamo atenção para a área social. A ação 4320, voltada a pessoas idosas, também apresentou valores simbólicos. Isso me preocupa, porque um dia todos nós seremos idosos e temos muitos idosos aqui presentes. Então é importante registrar esse ponto.

Outra ação é a 7111 – Construção da Casa Mãe Paulistana. Para quem não sabe, a Casa Mãe Paulistana tem o objetivo de atender pessoas com deficiência. Para essa ação, também foi estabelecido o valor de mil reais, com pequenos reajustes durante o exercício.

Chamo atenção, ainda, para a questão da sustentabilidade previdenciária. No projeto atual, para 2026 a 2029, foi proposto um valor de aproximadamente cinco mil para a promoção da sustentabilidade previdenciária. A título comparativo, no PPA de 2022 a 2025, foram gastos 21 milhões em quatro anos.

Neste ano, houve uma redução drástica, o que evidencia certa fragilidade. Por isso, recomendamos substituir valores simbólicos por estimativas mais realistas nas ações

orçamentárias.

A equipe técnica também detectou problema na metodologia. Ocorreram reajustes uniformes no Plano Plurianual: em torno de 6,7% de 2026 para 2027; 9,7% de 2027 para 2028; e 8,5% de 2028 para 2029. Esses reajustes não consideram as particularidades dos programas e ações. Outro ponto é que não identificamos a publicação da metodologia e da memória de cálculo, o que dificulta a compreensão da proposta. Como recomendação, entendemos que deve ser publicizada a metodologia e a memória de cálculo dos percentuais de reajuste aplicados no projeto do PPA.

Outro problema que preocupa é a regionalização do orçamento. A regionalização tem o objetivo de alocar recursos de acordo com a vulnerabilidade de cada região. Quanto mais vulnerável a região, mais recursos devem ser destinados para atender aquela população, com o objetivo de nivelar oportunidades e promover desenvolvimento.

Em relação a isso, a equipe técnica identificou, no Anexo 6, que não foram explicitados os objetivos, as metas e os indicadores por região, subprefeituras ou distritos, o que limita o planejamento estratégico e impacta a avaliação e o monitoramento das metas.

Aqui trago o modelo da União como referência de boas práticas. O modelo estabelece o programa, o objetivo, a meta geral e a meta por região. No exemplo apresentado, o programa 51111 trata da educação básica democrática, com qualidade e equidade. O objetivo específico é promover, em colaboração com os sistemas de ensino, políticas para a educação especial na perspectiva inclusiva. O documento apresenta o indicador, a unidade de medida e toda a estrutura necessária para avaliar e monitorar o Plano Plurianual e, em última análise, as demandas da sociedade.

Recomendamos, portanto, que sejam discriminados objetivos, metas e indicadores por regiões, subprefeituras ou distritos no PPA, para permitir avaliação e monitoramento pela sociedade. É um tema desafiador e não sei se será possível alterar neste momento, mas fica registrado para melhorias futuras.

Sobre a perspectiva de compatibilidade entre o PPA e a LOA, identificamos uma

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 7 DE 71

distribuição regional linear no PLOA de 2026. Na ação 6166 – Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima, foram apresentados valores idênticos no orçamento de todas as subprefeituras: 279 mil para cada uma. Basicamente, o total foi dividido pela quantidade de subprefeituras. Isso vai contra a ideia de regionalização do orçamento. Recomendamos, então, a revisão desses valores repetidos e que sejam aplicados índices de vulnerabilidade e critérios adequados de regionalização.

Outro problema identificado, ainda relacionado ao PPA, é a questão dos indicadores. Adotamos a metodologia SMART, uma prática recomendada pelo Tribunal de Contas da União. Os indicadores devem ser mensuráveis, específicos, alcançáveis, temporais e relevantes. No critério Alcançável, identificamos quatro indicadores com metas que apresentam retrocesso, gerando inconsistências internas no documento.

No critério Temporal, identificamos 29 indicadores de obras sem cronograma detalhado, o que impede acompanhamento contínuo. Também identificamos problemas relacionados ao valor cumulativo: 34 indicadores com inconsistência nessa classificação. Na questão da transparência, quatro indicadores não apresentaram valor base para 2025, o que prejudica o estabelecimento de metas para 2026 a 2029.

Como exemplo de meta inconsistente, temos a taxa de mortalidade materna por cem mil nascidos vivos. Quanto à polarização: maior é melhor, e o valor base foi 25,7 para a meta 35, de 2026 a 2029. Em tese a taxa está aumentando, e o ideal é que ela diminua. Como há inconsistência interna no documento, como sugestão, a gente pede revisão para corrigir essas fragilidades e inconsistências nos indicadores do Plano Plurianual.

Outro problema que a gente identificou é a ausência de sistema informatizado para a elaboração e monitoramento do Plano Plurianual. O que tem sido feito atualmente? E aí é uma solução provisória que a Prefeitura acaba adotando, porque é o que tem. Mas o ideal é que se tenha um sistema informatizado, por conta do volume de informações. Então, isso pode gerar problemas de erros humanos, o que é natural, e inconsistências.

Então, aquela inconsistência em relação à meta, se houvesse um sistema

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 8 DE 71

estabelecido, ele não ia permitir – se a polarização menor é melhor – que você lançasse um valor maior. Então, ele já ia fazer uma crítica em relação a isso – ou nem ia permitir.

Outro problema que a gente identificou foi a ausência de mecanismo para envio de propostas relacionadas ao Plano Plurianual. A gente acessou a plataforma Participe+ e a gente verificou que o foco é mais no Orçamento Cidadão. No caso, o foco é mais no projeto de Lei Orçamentária para 2026.

Então, a gente não identificou um mecanismo para a população participar da elaboração do Plano Plurianual. Então, isso limita a participação popular em relação ao planejamento de médio prazo. Como recomendação, a gente sugere aprimorar o site institucional Participe+ disponibilizando ferramentas para a participação da sociedade. Pode passar.

Há outro problema que a gente identifica e é recorrente – e aí eu vou falar especificamente do Projeto de Lei Orçamentária, que é aquele que estabelece e estima as receitas e despesas para o exercício. Os Créditos Adicionais têm a função de alterar o orçamento. No caso dos Créditos Suplementares, têm a função de reforçar aquela dotação.

O Projeto de Lei Orçamentária estabeleceu um limite de 9%, que é um limite legal para essas alterações. Só que a gente identifica – durante já há um tempo, estamos falando sobre isso lá na equipe técnica – que, durante três anos, que a média é muito maior: a média é de 38,6%. Então, o que ocorre nesse caso? Há diversas exceções. E aí eu cito a LDO, porque quem estabelece essas exceções é a LDO, no parágrafo 4º do art. 40.

Então, a LDO tem essa função de fazer o elo de ligação entre o PPA e LOA. Então, é ela que estabelece. Então, a gente identifica que 67,4% do orçamento representam exceções legais das funções assistência social, educação, habitação, urbanismo, saúde e transporte. Então, dá uma ampla margem de discricionariedade ao Poder Executivo manejar o orçamento...

– Manifestação fora do microfone.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – Dá uma total margem de discricionariedade ao Poder Executivo manejar o orçamento e, de certa forma, fragiliza também o controle legislativo, o controle social, enfim.

Então, a gente já vem falando sobre isso há muito tempo e uma coisa que a gente pede para reavaliar é a lista de exceções de abertura de Créditos Suplementares. Outro problema que a gente identifica também é em relação à renúncia de receita. Renunciar à receita significa que o governo deixa de arrecadar uma certa receita, porque ele estabelece uma anistia, enfim.

Então, ao estabelecer alguma anistia, ele precisa também demonstrar as medidas de compensação. Isso é uma previsão que está na Lei de Responsabilidade Fiscal e deve ser seguido. E as renúncias de receita, estimadas em 34,8 bilhões, não foram acompanhados de demonstrativos com as medidas de compensação. Além disso, não houve detalhamento regionalizado dos impactos das indústrias de receitas. Isso é uma previsão constitucional e também não foi identificada pela equipe.

Concluimos que a ausência desses demonstrativos prejudica a transparência e o controle social sobre a gestão fiscal municipal. E a gente, como recomendação, solicita o detalhamento das medidas de compensação e o impacto regionalizado dessas renúncias de receitas. Pode passar, por favor.

Há um problema recorrente também que é em relação à reserva de contingência. A reserva de contingência – para que todos possam entender – tem a função de mitigar riscos. Então, o objetivo é atender passivos contingentes e outros riscos, além de eventos fiscais imprevistos. É também uma previsão do artigo 5º, inciso III, da alínea “b”, da LRF. E a gente identificou que essa reserva de contingência de 275 milhões cobre apenas 8,9% dos riscos fiscais identificados no Anexo de Riscos Fiscais da LDO, que foi no montante de 13,1 bilhões.

E isso pode comprometer a proteção fiscal do município. Veja que, em relação à questão da interligação dos planejamentos, nesse caso também se estabelece, porque a LDO que tem a função de estabelecer, no Anexo de Riscos Fiscais, esses riscos. E a gente sugere adequar o valor de reserva de contingência no PLOA 2026 ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais. Pode passar, por favor.

E, para finalizar, a gente identificou uma oportunidade de melhoria no orçamento

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 10 DE 71

climático no PLOA 2026. A gente entende que, para compatibilizar a questão do plano de ação climática do município com o orçamento, seria interessante um demonstrativo formal indicando a meta do PlanClima, a ação orçamentária correspondente, o valor previsto na LOA e o percentual de execução da meta.

Tudo isso para tentar compatibilizar com esse plano também, que fala de mudanças climáticas. E também se aplica, de certa forma, ao programa de metas, que é outro instrumento de planejamento que pode ser compatibilizado. Eu não trouxe aqui, mas comentando, seria também no mesmo sentido de você propor uma meta do programa de metas e também estabelecer o valor previsto na LOA e o que vai ser executado naquele ano. Isso seria um ganho de transparência muito grande também. E é isso. Pode passar.

Quero deixar meu contato para sugestões, críticas. A gente está aberto ao diálogo. O Tribunal de Contas do Município é um tribunal aberto, é um tribunal que respeita o cidadão e a gente espera que a população também demande a gente, porque é importante esse controle social.

Eu gostaria de agradecer a todos pela paciência e colaboração. Estou à disposição de vocês durante a audiência, após a audiência também. Podem falar comigo, sou superaberto ao diálogo. Obrigado pela atenção e boa audiência para todos. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Rodrigo. Foi muito interessante a fala do representante do Tribunal. O Rodrigo deixa à nossa disposição, deixa à disposição já da Comissão, imediatamente. Interessante. É a primeira vez que o Tribunal faz uma exposição tão completa. Encerradas as inscrições, eu passo imediatamente a palavra para a fala, a exposição, do Secretário Luis Felipe Vidal Arellano.

Quero, já de antemão, Secretário, agradecê-lo...

Não, é o Clodoaldo. Eu estou com a Fazenda ainda na cabeça. Assim, na verdade, é o Clodoaldo, do Planejamento. Eu falei Luis Felipe, porque eu estou ainda com a Fazenda na cabeça.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Pois é.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 11 DE 71

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Depois nós vamos precisar definitivamente entender quais as atribuições, viu, Clodoaldo?

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – O orçamento é nosso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom, está respondido. Planejamento. Vamos lá. Eu costumo dizer que vocês elaboram e a Fazenda paga.

Desculpa, Clodoaldo, mas meu agradecimento seria ao Vicente que, em todas reuniões, esteve conosco. Ele justifica a ausência por que foi papai.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Papai do Mário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço que em todas as audiências você e ele estiveram conosco.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Ótimo. Muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Bom dia a todos e a todas. Cumprimento o Presidente Vereador Jair Tatto, o Relator Vereador Marcelo Messias, e os nobres Parlamentares Silvinho Leite, André Santos e Janaina Paschoal. Saúdo também o representante do Tribunal de Contas do Município e o público. Quero agradecer a todos que estiveram presentes nas várias audiências temáticas regionais, enfim, conseguimos, pelo menos, a presença de nosso Secretário Adjunto presente em muitas dessas reuniões, bem como nossa Secretária de Orçamento Ariane. Fizemos de tudo para estar presentes ouvindo a todos.

Peço um minuto só para recuperar a apresentação que fizemos, alguns dados importantes para que possamos, inclusive, fazer uma rápida tréplica dos relatórios do TCM, os quais lemos e já estamos providenciando várias questões solicitadas e mudanças.

– Orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Pode passar, por favor. Esse é o roteiro, o PPA. Pode passar. Cenário econômico. PIB total. Então, a estimativa que estabelecemos é 1.89, sendo o PIB de serviços 1.85 e a inflação 4.44, em acordo com as principais agências econômicas, com as previsões de governos e da Fundação Getúlio Vargas, FIPE, enfim, todas

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 12 DE 71

as projeções foram levadas em consideração, inclusive aquelas dos nossos analistas econômicos, da Pasta da Fazenda.

Pode seguir. A visão geral das receitas. No ano de 2025, tivemos de Receita 125,654 bilhões, sendo 102 de receita corrente, 11,521 de receitas de capital e mais 12 de intra orçamentárias. Para o ano de 2026, são 110 bilhões, de receita corrente, 12 de capital e mais 12 de intra orçamentária, que significam 135 bilhões e 7.8% de crescimento.

Próximo. Essas são as principais receitas da cidade de São Paulo, com origem tributárias, sendo a maior o ISS, depois o IPTU e, em seguida o ICMS, IPVA e ITBI.

Pode passar. As transferências correntes que recebemos da União e do Estado, sendo as principais em Saúde, Educação e, um número menor lá em baixo, Assistência Social. Recebemos a fortuna de 126 milhões de reais.

Seguinte. As despesas por grupo de categoria, despesas correntes: 114 milhões; capital: 21 bilhões; no total: 135 bilhões. Prevemos gastar, em despesas correntes, 68,348 bilhões; em pessoal e encargos sociais serão 43,965 bilhões 965; em investimentos diretos, 17,502 bilhões; em amortização de dívida 2,126 bilhões; juros e encargos da dívida: 1,751 bilhão. Em inversões financeiras que, na verdade, são os investimentos das concessões e PPPs serão 1,477 bilhão; e em reserva de contingência, 275 milhões.

Por favor, o próximo. Despesas por função, as principais: Educação 30 bi; Saúde 25; Transporte e urbanismo, 26.74 bi; Habitação 5.65 bi; Assistência Social 2.97 bi; Segurança Pública 1.92; Saneamento 1.46 bi, principalmente obras de drenagem; Cultura, 1.16 bi; e demais 39.55 bi.

Temos nessa imagem o Orçamento Cidadão. Pode passar. Também teve esse cronograma para o orçamento de 2026. Concluimos as audiências públicas e recordo-me, de cabeça, pode passar o próximo, que foram 32 audiências públicas, 2.243 participantes que falaram de maneira presencial e *on-line*, sendo 589 manifestações orais, 3.133 propostas recebidas, 480 propostas priorizadas, 37.591 votos. São dez milhões por subprefeitura, 320 milhões.

Fizemos, de maneira recente, um diagnóstico, primeiro para acelerar as contratações e os empenhos do Orçamento Cidadão de 2025 e a definição das propostas do orçamento de 2026. Verificamos que uma parte das propostas tinha alguma inviabilidade, fosse financeira ou técnica. Em seguida, retornamos às subprefeituras para que convoquem os CPMs para que, até o final do ano, tenhamos todas as propostas aprovadas, definidas, para que possamos iniciar o ano licitando projetos, contratando projetos, licitando obras e contratando as obras, para que todas possam ser executadas em 2026.

Aqui, a regionalização, pode passar. Nessa imagem vemos a ampliação, ou seja, como está distribuída a regionalização e, já respondendo ao Auditor do Tribunal de Contas, uma das grandes dificuldades que temos e, para tanto, precisamos investir em sistemas, em gestão, e reconhecemos isso, é que o orçamento não é feito por subprefeitura. A subprefeitura é uma parte.

Os orçamentos são feitos por Secretaria e temos o grande desafio de regionalizar, principalmente saúde e educação, representativas de quase metade do total do orçamento, especialmente quanto ao pessoal, ou seja, onde estão os professores, onde estão os profissionais da saúde, vamos regionalizar de que maneira esses equipamentos? A maioria dos equipamentos de saúde e educação estão na periferia da Prefeitura. Então nós temos, por exemplo, 54 bi não regionalizáveis. Porém, do que está regionalizado, que são 80 bi, as regiões Sul e Leste são as maiores, o que demonstra, digamos assim, onde vive a grande parte dos vulneráveis. Essa grande parte está nas regiões Sul e Leste. E a terceira é a Norte.

Já nas regiões Oeste e Centro temos o menor índice de vulnerabilidade, então acho que vale a pena e estamos estudando isso para fazer acontecer essa regionalização plena, pois, como disse, é uma grande dificuldade, principalmente, regionalizar pessoal e encargos. Esse é o nosso desafio.

Quanto ao PPA, vemos nessa imagem o cenário econômico, estimamos o PIB crescendo. Pode passar. Imaginamos que o PIB possa crescer entre 2%, nos próximos anos, sendo 1.89 para o ano que vem, o PIB de serviços acompanhando, e a inflação caindo,

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 14 DE 71

chegando, em 2029, a 3.65%. Pode seguir.

Para 2026, são 135 bilhões; em 2027 chega a 143.065 bilhões; em 2028, vai para 151 bilhões; e, em 2029 são 153 bilhões. Então estimamos que o PPA deve somar, nos 4 anos, 583,792 bilhões.

Sobre o orçamento climático, e peço a atenção do nosso amigo e auditor do TCM, o que estamos implantando ainda são as premissas. Temos um apoio muito grande do C-40, que congrega as 40 principais cidades do mundo.

São parâmetros que temos de seguir. Acredito que, inclusive, a última deliberação do C-40 foi: a cidade que não tiver implantado o orçamento climático não vai participar mais desse mesmo C-40. Então é evidente tratar-se de um processo evolutivo nosso.

E, as nossas metas climáticas estão sim, e provo a vocês, compatibilizadas com as mesmas metas do Plano de Metas, seja na descarbonização da frota, nos parques, no plantio de árvores e em todas as ações climáticas inseridas no Plano Municipal de Redução de Riscos. Todas estão.

Sendo assim, a soma da previsão do orçamento climático para o PPA é de 122 bilhões em 4 anos. Pode passar.

Vejam aqui os grandes números de 4 anos: a Educação, com maior fatia por ter 25% obrigatórios, portanto, 132 bilhões; Saúde, 110 bilhões; Transporte e urbanismo, 113 bilhões; Habitação 20,94 bi; Assistência Social 13,73 bi; Segurança Pública, 8,45 bi; Saneamento, 6,5 bi; Cultura 4,73; e as demais, incluindo pessoal, encargos, aposentadorias e estáveis, 133 bi.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Não. Esporte também temos. Posso levantar para passar. Ariane, por favor, levanta esse dado.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Não, não. Nunca. Olha, todos os centros esportivos estão sendo reformados.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Não. Não é mentira. (Pausa) Bom, vamos verificar, levanta o valor na área do esporte, por gentileza.

Vamos lá. Queria fazer um breve comentário sobre as questões relacionadas no relatório do TCM, que recebemos e agradecemos as manifestações, as quais nos ajudam a melhorar a nossa proposta orçamentária e também o PPA.

Valores simbólicos. Isso é uma praxe feita na Administração. O cidadão quer fazer um projeto ou um programa e nos diz assim: “Não tenho de onde tirar o dinheiro, porque você tem um recurso que é dado para a Secretária e uma perspectiva de arrecadação, mas não tenho de onde tirar um valor”. Então essa pessoa abre a Ação Orçamentária para que, se houver um excedente, ou seja, na eventualidade de ter um excesso de arrecadação, se a economia da cidade for melhor, esse projeto ou programa pode ser efetivado.

Eu mesmo digo, por exemplo: “Por que tem PAC de um milhão?”. Porque o PAC, em termos de OGU, e peço que me desculpem, a cidade foi agraciada, 49 milhões, mas não sei se conseguiremos dispor do dinheiro para o ano que vem, Sr. Auditor. É necessário que o senhor veja como é difícil fazer com que o PAC chegue até nós para que possamos executar a obra, principalmente OGU.

O Parque Minhocão, veja só, nem é proposta do Prefeito. Temos um projeto de extensão da Avenida Marquês de São Vicente para que possamos, inclusive, talvez implodir o elevado, o Minhocão. Isso não está ainda definido: se o Minhocão vai ser um parque ou se sofrerá essa implosão para que viabilizemos a extensão. Tem essa proposta, de uma nova ligação viária levando a Marquês de São Vicente até o Tatuapé, e é para que possamos fazer isso.

Continuando com os apontamentos, a pessoa idosa e a Casa Mãe Paulistana, precisamos rever. Então, já falando com Ariane, vamos rever isso.

– Manifestação na plateia.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Casa Mãe Paulistana, inclusive, houve um erro, porque temos a meta de fazer 4, aliás, foi inaugurada uma na zona Leste, na semana passada.

– Manifestação fora do microfone.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 16 DE 71

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – É sim, um belo equipamento. Ainda assim, a Casa Mãe Paulistana precisa ser revisto. Muito obrigado pela constatação. Viu? Muito obrigado.

Sobre sustentabilidade previdenciária também vamos ver com a Fazenda, com o Iprem, e ver por que esse valor veio tão baixo. Bom, primeiro que a Prefeitura tem garantido todos os pagamentos, todos proventos aos aposentados, então não temos contratempos.

Criamos, recentemente, um fundo imobiliário que a Prefeitura pode aportar imóveis e isso pode reduzir o *déficit* atuarial. E esse fundo, ao criar receitas, vai para o Iprem, o que reduz o *déficit*. Inclusive, quando fui Secretário Adjunto do Governo trabalhei muito para viabilizar esse fundo, a Câmara aprovou e, na minha opinião, foi um dos projetos mais inteligentes de gestão que temos. E, na minha opinião, essa medida vai ajudar na sustentabilidade previdenciária.

Metodologia. Vamos rever também para publicar a memória de cálculo e para comprovar. Sobre a regionalização, já falei: é um grande desafio.

Sobre a Ação 6166, vamos verificar o que aconteceu com a SMADS, porque é o mesmo valor por subprefeitura, não tem o menor cabimento. Acho que está corretíssimo, vamos rever. Obrigado por constatar isso.

Quanto aos indicadores, acho que vale a pena analisar o que o Tribunal de Contas apontou, assim, podemos fazer uma revisão de todos.

E a meta da mortalidade infantil, vamos conversar com a Saúde, porque, realmente, o objetivo é reduzir cada vez mais, sempre reduzir mais, pois a meta de países desenvolvidos é abaixo de dez por cem mil.

Sistema.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Posso só terminar? (Pausa) Posso. Muito obrigado. (Pausa)

Sistema de acompanhamento: identificamos que não era adequado esse que tínhamos. Para as obras, já temos, no planejamento, um sistema feito pela Fundação Getúlio Vargas em parceria conosco, que é o SMAE, pelo qual vamos acompanhar as obras no Plano

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 17 DE 71

de metas e também no PPA. Pretendemos endossar também o acompanhamento orçamentário. Aliás, pretendemos desenvolver um para programas, então acho que vale a pena.

O *site* Participe+ foi focado, realmente, no Orçamento Cidadão. Vamos, porém, providenciar para que possam ser inseridas propostas para o PPA, para o orçamento, enfim, para que a população possa ser ouvida através do *site*.

Créditos adicionais suplementares. Temos LDO, foi aprovada. Estamos seguindo rigorosamente a lei, mas a nossa proposta que temos feito agora, com a criação da Secretaria de Planejamento, é elaborar um orçamento mais aderente ao que acontece na Prefeitura. Essa é a proposta do Prefeito Ricardo Nunes. Topei o desafio e pretendemos ter um número menor de decretos orçamentários e, portanto, de suplementações. É mais um desafio que apresentou à minha equipe e à Prefeitura também, ou seja, para todo mundo.

Pretendo, ano que vem quem sabe, trazer um número menor de suplementações, porque aí é demonstrar mesmo que o orçamento está sendo menos, vamos dizer assim, menos alterado e, obviamente, por um número menor de decretos, pois que é um grande trabalho mesmo que temos todos. A ideia é ter um orçamento mais aderente à realidade do que se pretende fazer. Esse é o trabalho do Planejamento.

Renúncias. Todas as renúncias foram aprovadas por lei. Não seguimos nem fazemos nenhuma sem lei. As renúncias seguem, praticamente. Temos aí, fala-se em medidas de compensação, mas medidas de compensação seria você dotar a Prefeitura de receitas para cumprir aquelas providências que precisam ser tomadas, na Saúde, Educação.

– Manifestação fora do microfone.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Renúncia, o problema é o seguinte, falar assim: “Olha, vamos compensar do outro lado aumentando 34 bi de imposto”. É impossível. Não temos como fazer isso hoje, comandante. Portanto, cumprimos a renúncia exatamente conforme foi aprovado pela Câmara Municipal. Todas elas, de acordo com a legislação federal ou estadual pertinente.

Reservas de contingência. Esse item parece-me similar a seguro. Não são todas,

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 18 DE 71

claro. Nós elencamos os riscos, mas eles não vão acontecer todos ao mesmo tempo.

Existem os riscos. Quando você faz um seguro de carro, ele analisa o risco, e a seguradora oferece uma proteção, porque o que você paga cobre parte da possível perda do carro. Existe uma análise de risco. É a mesma coisa que nós fazemos. Então, o valor está adequado. Temos todos esses riscos. Acreditamos que 9%, ou 8,9%, podem acontecer. Pode ser um pouco mais, pode ser um pouco menos. Se for menos, vai sobrar dinheiro; se for mais, teremos que adequar as despesas para manter essa reserva de contingência.

Por fim, o Orçamento Climático já foi mencionado. Estamos à disposição para ouvir todos.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário Clodoaldo. Está definitivamente esclarecido que quem cuida do orçamento, a partir da recriação da Seplan – Secretaria de Planejamento. Numa explicação mais popular, a Fazenda somente paga. Seria isso, Secretário Clodoaldo?

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Arrecada e paga.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Arrecada.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Nós planejamos, né?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Realmente houve essa alteração depois da recriação da Secretaria de Planejamento.

– Manifestação na plateia

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ah, sim. Peço que venham à Mesa, por favor, os representantes do Conselho Municipal do Idoso.

– Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Informo que, no dia 29, haverá a eleição.

– Suspensa a audiência para a abertura da reunião ordinária da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Retomando audiência pública, anuncio a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 1028

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 19 DE 71

presença virtual da Vereadora Marina Bragante. Seja bem-vinda.

Já existem 30 pessoas inscritas para falar presencialmente, mas os presentes são: Genésio da Silva, Regina de Machado, Maria José de Freitas Andrade, Ricardo Farias, Heloisa Helena Batistella Casagrande, Irani, Alex Albuquerque, Ildenir Antônio Gomes Júnior.

Dos inscritos para falar de forma virtual: Maira Peixoto Vieira, Rosângela Souza, Maria Helena Conduto, Rosângela S. N. de Souza, Raquel Plut Fernandes, Rafael Fino Dflow, Susana, Victoria Bassan Mineto, Elielma Maria Coelho Carvalho Lopes, Mestre Kamau Palito, Gilberto Macedo e Carmen Guilherme.

Como está presente, de forma virtual, o Gilberto Macedo, tem a palavra por três minutos.

O SR. GILBERTO MACEDO – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa. Vou falar um pouco do Orçamento Cidadão. Já faz aproximadamente três anos que o Orçamento Cidadão não tem aumento nenhum, enquanto a arrecadação aumenta todos os anos. Acho que deveria, sim, haver aumento dessa cota de dez milhões, que seria um complemento ao orçamento. Por que todas as Secretarias têm aumento, mas o dinheiro nunca tem dinheiro para a sociedade civil?

Outra coisa: ouvi o que o Vereador Dheison disse sobre a quadra que teve o cesto de basquete caído. Já tivemos essa audiência pública e cobramos o Secretário. E esse caso foi mais um: mais uma criança que morreu. Quantas crianças já morreram por causa disso? É muito triste ver uma sociedade civil tão carente e ouvir, e as pessoas falando só em números. As pessoas que moram no fundão não têm conhecimento técnico do que está sendo falado aqui; parece para nós que está todo mundo falando em inglês.

O que a gente quer é resultado. Só isso. Agradeço a todos. Estou realmente muito triste. A sociedade civil está sofrendo muito, principalmente as pessoas que vivem no fundão.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gilberto.

Tem a palavra a Sra. Carmen Guilherme, de forma virtual.

O SRA. CARMEN GUILHERME – Bom dia a todos. Cumprimento os representantes

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 20 DE 71

do Poder Público e os demais presentes da sociedade civil. Venho falar sobre o Orçamento Cidadão. Agradeço ao representante do TCM por reforçar algo que a sociedade civil já vem dizendo: a baixíssima participação no PPA. Isso é um fato. Que a plataforma Participe+ seja mais bem adequada, com mais visibilidade, transparência e divulgação, para que no próximo PPA a população participe de verdade.

Secretário Clodoaldo, a Seplan, por meio do Decreto 63.377/2024, destinou o valor irrisório de dez milhões para o Orçamento Cidadão. Sabemos que é ínfimo. A participação popular ocorre naquele momento, mas temos muitas propostas não executadas. De um total de 32 milhões da Secretaria, quanto foi liquidado em 2025? Precisamos desta observância: licitude, transparência e responsabilidade das Pastas, para que, no Orçamento Cidadão de 2026, as propostas consideradas viáveis – que vão para votação – sejam realmente executadas. Porque muitas, quando chega o ano de execução, simplesmente não são.

Cito a Proposta 2196, que foi considerada viável e, no ano passado, foi dito em audiência pública que seria realizada. Houve compromisso. E, em setembro deste ano, consta no monitoramento, de forma vaga, que o local não foi achado. Então, por que foi orçado? Por que o valor foi retido? Por que foi dito que era viável? Será se perderam no Google Maps e não localizaram onde seria executada a proposta? É preciso licitude, responsabilidade e compromisso, para que o mínimo que a população participa seja respeitado.

Também registro que o orçamento não teve reajuste para 2026. Que haja adequação e que essa verba seja proporcional à realidade. Que a verba seja a mesma para as 32 Subprefeituras. Não é possível tratar todas as Prefeituras como iguais – não são. Cada uma tem sua peculiaridade. Dez milhões pode ser suficiente para praças e reformas em regiões centrais, mas não é suficiente para periferias, que precisam muito mais de planejamento e de participação popular por meio do Orçamento Cidadão.

E que haja monitoramento, principalmente do que a população elege e não é executado. Vamos ter riscos de perda do Orçamento Cidadão em 2025, o que é lamentável.

Obrigada. (Palmas)

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 21 DE 71

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maíra.

A SRA. MAÍRA PEIXOTO VIEIRA – Bom dia a todos. Agradeço à Comissão de Finanças e Orçamento pela oportunidade de falar neste importante espaço democrático. Sou a Maíra Peixoto, enfermeira de gestão em saúde pública e conselheira participativa municipal do Campo Limpo.

Devido ao tempo, vou direto ao ponto. Minha fala é um apelo ao Prefeito e aos Vereadores pela inclusão e garantia de recursos para três projetos estratégicos na Lei Orçamentária Anual de 2026: estruturação da segurança civil e o programa Bombeiro Mirim. Esse é um investimento vital em prevenção e formação cidadã. Além de reduzir acidentes e custos de emergências, o programa forma crianças com empatia e respeito, contribuindo diretamente para a diminuição da criminalidade a longo prazo e gerando retorno social e econômico para o município.

Peço também a inclusão das Práticas Integrativas e Complementares – PICs na saúde pública. Como conselheira, destaco que as PICS promovem bem-estar, ajudam no controle de doenças crônicas, diminuem a dependência de medicamentos de alto custo e otimizam recursos, contribuindo para nossa saúde mental e física.

Esses projetos não são despesas; são investimentos estratégicos em prevenção e qualidade de vida. Peço o apoio de V.Exas. para garantir que sejam prioridade no nosso orçamento, especialmente na região do Campo Limpo.

Muito obrigada pela fala. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Maíra. Só para organizar, vou chamar três presenciais: Marcia Oliveira, Maria Aparecida e Célia; três minutos por fala.

Dos inscritos virtualmente: Rosângela, Victoria e Elielma.

– Manifestação longe do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Assim como a senhora, a Sra. Luzia também está inscrita. Gostaria de ceder a ela o seu tempo?

– Manifestação na plateia.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 22 DE 71

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas isso seria uma exceção para a senhora; outros inscritos, como o Pirata, do hip-hop, e o representante do Fórum, também gostariam, e isso causa um grande problema.

Então, Sra. Luzia, vou permitir acréscimo de mais três minutos à sua fala, da Mesa. Apesar de que a Marcia está na frente na ordem dos inscritos.

A SRA. LUZIA MONTEIRO – Então, deixe a Marcia falar primeiro e depois eu falo. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Estou propondo que a Sra. Maria – ou vocês – recue e permita que sejam dados seis minutos para a Luzia. Isso é permitido, pois não prejudica o tempo total.

– Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Acho um bom entendimento, apesar de que a Marcia tem preferência na ordem dos inscritos.

Tem a palavra a Sra. Marcia.

A SRA. MARCIA DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e a todas. Meu nome é Marcia de Oliveira, sou servidora municipal, vou fazer 40 anos de serviço. Represento a FASP – Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da Prefeitura do Município de São Paulo.

Começo agradecendo ao Vereador Jair Tatto pela oportunidade de falar e também aos presentes. Agradeço, em especial aos Vereadores Messias e Silvinho, cujas assessorias nos atenderam muito bem durante esse processo. É importante dizer que tivemos portas abertas. Estou aqui mais uma vez para dizer que conquistamos e fomos reconhecidos, tanto por esta Casa como pela Administração, na LDO, com a revisão geral anual para os servidores. Isso foi importante e queremos dar continuidade ao processo.

É importante dizer também que, para o ano que vem, já há 2,55% aprovados como revisão referente a 2025. O Secretário de Planejamento está aqui, não é? Eu sou da antiga Sempla, Secretário, e tenho 40 anos de casa como administradora de carreira. Passei por muitas

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 23 DE 71

gestões e reformas administrativas. É importante dizer ainda que, para ter todas as questões que vocês trazem de forma legítima atendidas, é necessário ter servidores municipais para executar. É por isso que estamos aqui.

Gostaríamos de evitar uma série de declarações que aparecem quando ficamos na porta para discutir planejamento. Planejamento é estar dentro da peça orçamentária de 2026, garantindo a revisão geral anual, que nada mais é do que repor a inflação, para que os servidores possam continuar trabalhando a favor da população, fazendo as melhores entregas.

Agradeço ao colega do TCM por ter falado sobre valores simbólicos. Não vamos falar do Iprem porque, infelizmente, quando o Iprem fez sua apresentação, ela veio equivocada. Prefiro não comentar, mas reforço a importância do Iprem para nós, servidores, que precisamos de estabilidade, porque é lá que está nosso futuro. Espero me aposentar com segurança. A questão previdenciária é fundamental e estratégica. Infelizmente, não vou avançar nisso agora.

Sobre o PPA, queria abordar a questão do Hospital Municipal do Servidor Público Municipal. No PPA, aparece um valor simbólico de três mil reais. Ele não é um projeto futuro; é um projeto de ontem, hoje e sempre. É lá que nós, servidores, cuidamos da nossa saúde – e cuidar da saúde é essencial para fazer boas entregas. E três mil reais para um projeto de recuperação e manutenção já nasce com um problema sério.

Então, reforço essas duas questões: revisão geral anual na LOA e no PPA, e rediscutir o futuro do Hospital do Servidor. Não com valor simbólico.

Agradeço a oportunidade. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fiz a proposta de alguém declinar de seu tempo para a Sra. Maria. Caso contrário, não poderei conceder mais três minutos para a Mesa.

– Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, tem a palavra a Sra. Celia.

A SRA. CELIA MARIA – Bom dia a todos e a todas. O senhor sabe que eu me esforço para ser objetiva, e quero ser objetiva com o Secretário. Existe uma demanda de vulnerabilidade na região central. Temos uma demanda significativa de população idosa em

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 24 DE 71

situação de rua.

Só gostaria de registrar isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Celia.

Alguém vai declinar do seu tempo para que a Sra. Luzia fale por nove minutos?

– Manifestação na plateia.

A SRA. LUZIA MONTEIRO – Pessoal, vou falar por seis minutos para não precisar tirar a palavra de outras pessoas.

– Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – A Luzia vai utilizar os três minutos da Sra. Maria, que usou dez segundos para fazer apenas uma observação.

Então, tem a palavra a Sra. Luzia, por seis minutos.

A SRA. LUZIA MONTEIRO – Primeiramente, cumprimento a Mesa e todos os presentes. Boa parte dos idosos não está aqui hoje porque está no Conselho Municipal do Idoso – há duas reuniões decisórias importantes ocorrendo simultaneamente.

Entrando no que precisamos: nossa resposta para a Casa hoje é que fizemos a lição de casa. Tivemos oportunidade de conversar com as duas relatorias – agradeço por isso – e nas audiências públicas todos estiveram presentes. Os números que oferecemos foram sendo absorvidos aos poucos. Isso é exercício de cidadania, e precisamos aumentar isso, porque não vamos construir controle social da forma como os instrumentos estão disponibilizados.

A fala do Tribunal de Contas hoje é extremamente importante, porque vai na direção do que estamos levantando. Não significa que o Tribunal de Contas e a Câmara Municipal também não tenham o que fazer. O PPA – queria registrar isso como cidadã – é pago com nosso dinheiro e é extremamente importante para a transparência no país.

Em nome dos companheiros, todos que participaram, porque esse exercício que a gente está entregando não é um exercício individual. Ele é difícil, mas nós conseguimos fazer.

Para o Tribunal de Contas, por favor, vão vocês dois – O André e a Maria Cecília, do Colegiado Leste.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 25 DE 71

Tribunal de Contas, vocês estão recebendo a lição de casa e um requerimento fazendo um pedido específico para vocês. A Cida Costa e a Lia, por favor, entregando à Comissão, ao Jair Tatto, para a Comissão de Orçamento e Finanças. Por favor, entregue ao Secretário Clodoaldo Pelizzoni.

Então, a nossa lição de casa nós estamos devolvendo para a cidade. O que é...?

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUZIA MONTEIRO – Pessoal, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pode seguir.

A SRA. LUZIA MONTEIRO – Então, o seguinte, seguindo: todos receberam aqui um papel, eu queria passar para vocês, que estão aqui na Mesa também. Por favor, para todos seguirem o raciocínio. O que nós recebemos do PPA? Nós recebemos um documento chamado Agenda Cinco, um Anexo Cinco – Agendas Sociais. O que vocês estão recebendo é esse pedaço do anexo. Nesse anexo, a etiquetagem dizia que no orçamento, na parte de palavras, nomenclatura “ações orçamentárias”: zero. Nós recebemos nota zero.

Então, nessa nota zero – estou usando uma expressão, Clodoaldo, que é importante para a gente transitar para a população: Nota zero. Por quê? Os programas que foram indicados e os valores que estão destinados para os próximos anos no PPA, que é da ordem de 16 bilhões no total, para serem executados no PPA, estão aqui atrás dizendo que é esse o total de programas.

Nós localizamos mais três programas, por exemplo, de segurança, e a gente precisa incluir o programa de segurança. Precisamos incluir mais três programas, mais dois programas aqui. Mas quando nós abrimos os programas, lá nós localizamos a função, a subfunção.

Fizemos o nosso exercício de casa e localizamos as atividades com a descrição das atividades e os projetos. Então, o que que nós vimos? Aquela invisibilidade, que nós colocamos, está lá: 203 ações estão lá escondidas, não estão claras qual é o valor destinado. E aí nós temos que romper uma barreira técnica, Secretário. A barreira técnica é: se a gente especificar demais fica difícil. Não é verdade. Nós temos hoje tecnologia de informação para isso. Nós precisamos

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 26 DE 71

trabalhar nessa direção. Não dá mais para ficar nessa invisibilidade.

Então, nós precisamos colocar o valor, Sandra, para a gente poder controlar, para chegar lá e dizer: “Isso foi executado de fato ou não?” É isso que nós queremos. A meta, que se traduz no número, foi executada nesse território ou não? De que forma, como a gente vai controlar a suplementação? Como a gente vai controlar as outras coisas, se isso está dentro de um bolo que a gente não sabe? É um bolo financeiro.

Então, nós precisamos romper essa situação. Esse é um desafio. Não acho que seja fácil, mas é um desafio em que todos nós, cidadãos, estamos chamados a trabalhar, a dialogar, a avançar. Então, aqui nós entregamos o Anexo Dois. Vocês estão recebendo, os principais receberam. Já colocamos nas máquinas dos relatores. Toda a documentação está disponibilizada. Então, o Anexo Dois, com todas as ações que nós localizamos. E colocamos mais ainda, fizemos a programática, a classificação programática – que nós chamamos de problemática, porque não é fácil.

Então, eu queria encerrar a nossa fala dizendo que isso é a nossa contribuição cidadã para essa cidade e eu espero que nos próximos anos a gente reverta essa situação que pode não ser uma boa palavra, mas falo do apagão orçamentário. E que definitivamente isso vá para a mão da população, e que a gente retorne o controle social desta cidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Luzia. A Celia Bicudo. Depois a gente vai para as três pendências, digamos assim, *on-line*.

Hoje, Secretária Janaina, me anunciam a morte, quer dizer, do professor José Afonso da Silva, grande defensor dos direitos humanos. Todos vocês sabem, foi secretário segurança com Mario Covas?

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Eu não me lembro, acho que era sim. Professor de Direito Constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – José Afonso da Silva.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Um grande jurista, tive alegria de ser aluna dele.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Grande ativista dos direitos humanos e ele

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 27 DE 71

passava maus bocados pela defesa incondicional dos direitos humanos. É isso.

Eu passarei à Vereadora. Uma salva de palmas ao sempre presente professor.

(Palmas)

Eu era bem garoto quando o acompanhava como secretário. Então, Vereadora Janaina, justifique ao meio dia e meia, que é a palavra, porque vai até o velório. Então, agora, Sra. Celia.

A SRA. CELIA BICUDO – Isso. Eu cumprimento a Mesa em nome do Vereador Jair Tatto. Cumprimento os presentes. Meu nome é Célia Bicudo, eu sou uma usuária de um equipamento da prefeitura chamado Polo Cultural da Terceira Idade e coordeno também, com outras pessoas, o Fórum da Pessoa Idosa.

O senhor falou em direitos humanos. Então, em relação à Secretaria de Direitos Humanos, eu não vi qual é o orçamento deles, não consegui notar, mas é um guarda-chuva que tem muitas pontas e, quando chega no idoso, não tem nada. O Polo Cultural, no ano de 2018, estava com 60 usuários, uma coisa difícil.

Hoje nós estamos com mais de 650 usuários, temos mais de 29 oficinas, desde as oficinas para ajudar o idoso a mexer com o celular, a mexer com a informática. Temos aqui um projeto maravilhoso pelo analfabetismo – por incrível que pareça, lançaram o projeto e, em dois segundos, já haviam 27 pessoas inscritas totalmente analfabetas, não é isso, professora coordenadora, professora Fátima Pereira? (Pamas)

E eu acho o seguinte, como idoso, como Polo Cultural da Terceira Idade, falando pela população de lá, nós nos sentimos mal, quando entramos no metrô às seis da tarde e os lugares preferenciais estão ocupados por jovens, que trabalharam, entendo, mas que fingem que estão dormindo. É assim que a Secretaria de Direitos Humanos lida com a pontinha do guarda-chuva para o idoso.

Então, a gente bate em portas, nós temos 29 oficinas, sabe como? Passando o chapéu para todos os Vereadores. Acho que a Vereadora Janaina já recebeu *e-mail* nosso. É passando o chapéu para os Vereadores, para mantermos esse idoso vivo, esse idoso que

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 28 DE 71

precisa de amparo, de carinho,

Bom, estou pedindo pela pessoa idosa, pelo polo cultural e aplaudo tudo que foi apresentado aqui anteriormente voltado para o cidadão idoso.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

A SRA. CELIA BICUDO – Obrigado ao senhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – *On-line* a Rosângela. Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA SOUZA – Sim, estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Três minutos.

A SRA. ROSÂNGELA SOUZA – Obrigada. Bom, Sou a Rosângela Souza, conselheira do CPM CADES Campo Limpo. Cumprimento, primeiro a todos, da Mesa – Vereadores, relator Marcelo Messias, Presidente –, Secretários e público presente.

Quero falar rapidamente, mais uma vez, sobre a regionalização. Na verdade, eu a vejo como um grande avanço para garantir a distribuição orçamentária mais assertiva, porém há alguns pontos de atenção nesse novo PPA, desse novo período.

Precisamos melhorar a apresentação dos resultados, garantir maior transparência entre o que é previsto e o executado. Subprefeituras que figuram entre as mais vulneráveis, na prática, receberam menos do que o previsto e necessário no exercício anterior. Neste exercício de agora, em cada meta, não cita qual é a regionalização da meta, se ela é regionalizada ou não, e nem os ODSs.

Isso constava do plano anterior. Então, nisso não podemos regredir. O avanço é importante, mas a gente tem que manter as conquistas que já conseguimos. Não consta a regionalização nesse novo plano.

Eu vou falar rapidamente sobre o Campo Limpo. Na audiência regional que tivemos na Sul, dia 15 de novembro, mostrou-se a regionalização para nós, na meta, de cinco itens, que era o um e o dois, relacionados a parques. Vou focar mais no item 12 da meta, que é de obras de canalização de córregos vinculada ao plano de redução de riscos. Favorece aqui a favela Viela Cinco, só que a cidade tem em torno de 700 a 785 mil áreas mapeadas nesse plano de

riscos.

O Campo Limpo figura entre as principais com 60.000 pessoas envolvidas. O plano – a pergunta fica – o plano tem uma execução de 16 anos para quatro anos. A gente está contemplando apenas uma resolução de área de riscos para o Campo Limpo. É pouco. Então, eu acho que a gente deveria colocar uma atenção especial, senão deveríamos focar mais investimento nas áreas de risco para esses próximos quatro anos.

Depois eu vou falar aqui novamente sobre alguns indicadores e números do Campo Limpo. Campo Limpo: com 700 mil habitantes, é a maior subprefeitura de todas. Em números absolutos de crescimento populacional, a gente fica em torno de 19%, calculando de uns dez anos – eu fiz uma média aqui até 2023.

Então, ou seja, nós tivemos um aumento populacional. Nós estamos na posição principal em área de vulnerabilidade social. Ou seja, diante disso, o nosso orçamento foi, em 2024, 46 milhões; 2025, 68 milhões; e em 2026, 61 milhões. Nós diminuímos. Então, se a gente pegar que 20 milhões disso é para a administração de unidade, a gente está falando que a gente fica em torno de 40 milhões apenas para a zeladoria.

Qual é o ideal? O ideal seria em torno de... o mínimo seria 55 milhões, sem contar com a administração. O ideal seria em torno de 60 milhões. Eu estou falando em torno de 60 milhões. Essa diferença de 40% fica por conta de emendas parlamentares. Então, ao invés da gente aumentar o orçamento da Subprefeitura, a gente está diminuindo.

– Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado pela sua participação. Victoria Bazan, *on-line*, por favor.

A SRA. VICTORIA BAZAN – Olá, bom dia a todos. Obrigada pelas falas anteriores também. Eu concordo com todas. Hoje eu sou gestora pública de formação. E hoje eu sou conselheira, uma das conselheiras do CRD, que é o Centro de Referência da Dança, que é muito próximo daí – inclusive, fica no Centro. Quem não conhece, acho que vale muito a pena. Ele é um equipamento público que gera muito valor público para a sociedade em termos culturais. Ele

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 30 DE 71

tem uma gestão compartilhada, porque sempre está aberto a muitas pessoas.

E é muito importante que esse equipamento seja, de fato, fortalecido. Desde 2017 – na verdade, 2018 –, havia uma dotação orçamentária que era 6379 e agora, atualmente, ela não existe mais. Está dentro da Secretaria, de uma parte da Secretaria que cuida de teatros e outras coisas, ou seja, não tem mais uma dotação própria, sendo que, desde o início, quando foi criado por luta popular – porque foi principalmente criado por artistas que já estão nessa luta do ativismo cultural –, foi pedido um orçamento para que possa realizar suas atividades.

Hoje, além de não ter o orçamento, o dinheiro que vai chegar não chega, e as atividades que iam ser para esse ano não ocorreram. O pedido foi de 1,5 milhão, ou seja, isso é apenas 13% do que foi colocado de 1,16 bilhão dessa despesa em Cultura, que, na verdade, se a gente for ver, a Cultura está apenas com 0,8% da despesa, se a gente for pensar nesse 135 bilhões de receitas.

Ou seja, o que nós queremos no CRD é apenas a nossa dotação de volta com o nosso 1,5 milhão, para que a gente possa realizar essas atividades. A gente compete muito com ali com o Vale, que está tomando totalmente a atenção, inclusive, às vezes, impede que a gente realize nossas atividades, até por dificuldade de acesso.

Então, eu só queria fazer essa fala dessa importância de inclusão do CRD novamente no Orçamento, para que isto seja possível: para que as atividades sejam possíveis e os artistas possam florescer ali também naquele espaço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Muito obrigado. Próxima inscrita, Elielma Maria Coelho, de forma virtual.

A SRA. ELIELMA MARIA COELHO – Oi, boa tarde. Eu sou Elielma Carvalho, sou produtora cultural. Gostaria de agradecer, inclusive, a fala de todos e a quem me antecedeu. Eu sou produtora cultural e atuo há mais de uma década na cultura popular, principalmente na cultura popular e na diversidade e formação, especialmente nas linguagens do forró e do cordel.

Além de produtora, desenvolvo um trabalho que considero fundamental, que é a orientação para a regularização de trabalhadores da Cultura, ajudando artistas e prestadores a

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 31 DE 71

manterem seus MEIs e obrigações fiscais em dia. Acredito que investir na Cultura também significa garantir condições dignas, seguras e sustentáveis para se fazer a Cultura acontecer. Estar legalmente com as condições legais e fiscais em dias. É um desses pontos.

E é justamente por isto que eu estou aqui: para defender que o PPA trate a Cultura como aquilo que ela realmente é, ou seja, um eixo estratégico de desenvolvimento social. A Cultura tem o poder de promover a liberdade para as pessoas, a liberdade de transformar vidas – e de transformar com força.

Eu trouxe aqui uns dados. Segundo o Observatório do Itaú Cultural, a economia da Cultura e das indústrias criativas movimenta mais de 230 bilhões por ano, respondendo por cerca de 3% do PIB nacional. Emprega oito milhões de pessoas – entre artistas, técnicos, produtores,icineiros, comunicadores e educadores culturais.

Mas quando a gente olha para o orçamento público, o contraste é doloroso. Apesar de toda essa potência, o investimento destinado à cultura não chega a 1% na maioria das cidades – e talvez até do país. E pelo que foi proposto agora no PPA, que está em torno de 4,7 bilhões, não se aproxima nem ao que foi o maior investimento que a cidade de São Paulo fez, que foi em 2016, de 0,92%.

E, gente, pasmem: mesmo assim, a Cultura, com o pouco que a Cultura recebe, os estudos comprovam que, a cada um real investido na Cultura, retornam dois reais em impacto econômico para a sociedade. Poucas áreas em nível de eficiência pública em termos de geração de renda, empregabilidade, saúde emocional e desenvolvimento local e fortalecimento social tem tanto impacto. E, para além dos números, existe um impacto humano. A Cultura, isso é fato, é saúde mental, é prevenção à violência, é fortalecimento de identidade, é pertencimento, é afeto coletivo.

Então, a Cultura é uma oficina que muda – pode ser uma oficina que muda a trajetória de um jovem –, é uma roda de capoeira que acolhe corpos discentes e é um sarau que aumenta a autoestima da comunidade como um todo. Portanto, senhores, pensem a Cultura não como um acessório, mas a Cultura como um motor – um motor de economia, de cidadania, de

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 32 DE 71

educação, de saúde, de liberdade. Que os gestores pensassem que investir em Cultura é investir conscientemente em futuro, dignidade e vida. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Muito obrigado. Agora, com a palavra a Vereadora Janaina Pascoal, por favor.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Muito obrigada, Presidente. Eu tenho participado das reuniões. Então, alguns pontos eu já destaquei, mas quero aqui corroborar a fala do representante do TCM, no sentido de que temos que evitar essas dotações simbólicas.

Essas dotações simbólicas vêm, vamos dizer assim, na mesma linha dessa ampla liberdade de remanejamento. À época da LDO, eu apresentei emendas para restringir um pouco essa liberdade, para que tivéssemos um pouco de segurança com relação à peça orçamentária aprovada aqui na Casa. Infelizmente as emendas não foram acatadas.

Mas eu queria aproveitar este momento para reiterar um pleito que fiz ao nobre Vereador Marcelo Messias, que é o nosso relator da LOA, para que inclua na Lei Orçamentária os ILPs, porque hoje nós temos os ILPIs previstos, que são insuficientes, mas pelo menos estão previstos. Eu corroboro o pleito dos representantes dos idosos no sentido de aumentar a dotação objetiva na peça para o PAI, para os ILPIs. Mas, para além desse pleito, que é legítimo e justo, nós precisamos criar os ILPs, porque são pessoas acamadas, com paralisia cerebral, e não existe um equipamento, hoje eles dependem de caridade. Temos que sair desse lugar.

Quero pedir um olhar carinhoso do nosso relator com relação às verbas que estão destinadas à Virada Cultural. Corroboro a fala das minhas antecessoras no sentido da importância da Cultura, mas de uma Cultura de formação. (Palmas)

Estamos saltando do orçamento de 11 milhões de reais para a Virada Cultural, que é de alguns dias. Eu não estou dizendo que não seja importante, é um evento importante; mas nós estamos saltando de 11 milhões de reais – fiz um levantamento com a minha assessoria, houve 13 milhões de reais, 12 milhões de reais, 11 milhões de reais – para uma previsão de gasto de 58 milhões na Virada Cultural. Então, eu peço um olhar carinhoso do nosso relator, porque, com todo o respeito à pasta da Cultura, nada justifica um aumento de quase 500% para

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 33 DE 71

3 dias.

E quero deixar registrada uma queixa que fiz essa semana, sempre respeitosa, do gasto de 500 mil reais para a contratação de um *show* da cantora Claudia Leite para um evento na pasta da Pessoa com Deficiência. O orçamento que nós vamos aprovar na Casa – acredito que poderemos melhorá-lo, mas será aprovado – está prevendo 80 milhões de reais para a pasta da Pessoa com Deficiência, especificamente para os Centros TEA, e 2 milhões para outras pautas.

Eu quero aprovar até mais, mas eu não quero que se gaste meio milhão com um *show*. Pode ser o melhor artista, mas não quero que se gaste meio milhão com um *show*, porque eu acredito firmemente que as pessoas com deficiência preferem que nós abramos ILPs, que nós compremos alimentação enteral, que é muito cara.

Então, quero deixar esse pedido ao nosso relator: que tire não da Cultura –se quiser remanejar para a própria cultura, ok, sou a favor da Cultura –, mas tire um gasto exorbitante para apenas 3 dias para contratação de *shows* de pessoas que já são consagradas e que olhe pelas necessidades primeiras dessas pessoas com deficiência, das pessoas idosas, demenciadas, pois São Paulo é a capital que mais envelhece. Seria isso por hoje. Amanhã estarei com os senhores novamente. Eu agradeço imensamente a oportunidade. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Janaina. Nossa querida Vereadora Dra. Sandra Tadeu, membro da nossa Comissão, está presente conosco. Próximo inscrito, Seiti. Depois, Maria Cecília. Depois, Lia Débora.

O SR. SEITI TAKAHAMA – Bom dia. Bom dia à Mesa, bom dia a todos e todas. Apresentamos e entregamos toda a documentação e distribuimos esse material para vocês. Eu queria entender se vocês têm governabilidade sobre esses orçamentos. Esse orçamento que está aqui, será que nós temos governabilidade sobre ele?

Então é fundamental, e como nós descrevemos aqui, é justamente para nós termos governabilidade sobre o orçamento da pessoa idosa. Nós destrinchamos esses 19 programas

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 34 DE 71

para que todos nós, principalmente o Conselho da Pessoa Idosa, possa ter a governabilidade, saber se está sendo aplicado ou não esse dinheiro com a pessoa idosa.

É fundamental, pessoal, vocês entenderem essa questão orçamentária para que possa transformar isso em políticas públicas. É fundamental entender esse processo, porque, da forma que está, dificilmente vocês vão ter a governabilidade. E parabéns à Janaina – que não está aqui, acabou tendo que sair –, que demonstrou que os Vereadores também podem ter essa governabilidade de rastrear o orçamento. E, para nossa surpresa, da maior parte dos Vereadores que estiveram presentes, poucos falaram sobre o orçamento, poucos falaram dos erros, dos equívocos do orçamento. Será que também eles têm essa governabilidade?

Então, nós da sociedade civil nos juntamos para que possa mostrar e demonstrar a possibilidade de ter a governabilidade desse orçamento e para rastreamos. É fundamental que vocês tenham claro e entendam bem essas questões da governabilidade para poder ser trabalhado esse orçamento, principalmente nos Conselhos, que são órgãos de direitos, onde se pode fazer essa cobrança por parte da sociedade civil. É fundamental entendermos isso.

Por outro lado, Clodoaldo, nós colocamos isso para ficar fácil para vocês a questão da visibilidade da pessoa idosa nesse plano. Estamos contribuindo com todo esse material para que essa visibilidade seja concreta, tanto na inclusão como na não inclusão dos 3 programas, para que a gente possa ter claramente essas atividades sendo efetivamente executadas. Então, para ficar bem claro e transparente, de forma tranquila, para que vocês possam entender isso.

Também alertamos principalmente a Secretaria de Saúde sobre erros, equívocos do Plano Municipal de Saúde, o qual foi reprovado pelo Conselho Municipal de Saúde. Nós alertamos a Mesa e entregamos documentos da análise que fizemos sobre o Plano Municipal. Antes da audiência da Saúde, alertamos todos os detalhes, citando aos equívocos ou erros dos próprios planejamentos. Hoje estamos fazendo a mesma coisa com PPA, com a LOA.

Nesse sentido, a governabilidade do orçamento é fundamental, tanto para o TCM nos colocar claramente esses equívocos. Nós rastreamos, Rodrigo. Nós percebemos esses erros antecipadamente, estamos documentando essas questões e precisamos realmente desse apoio

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 35 DE 71

fundamental do TCM. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Próxima inscrita, Maria Cecilia Sanches. (Pausa)

Próximo inscrito, Pedro Aguerre.

O SR. PEDRO JAVIER AGUERRE HUGHES – Sou Pedro Aguerre, do Coletivo Envelhecer. Boa tarde a todas as pessoas, obrigado pelo espaço de fala. É uma grande emoção integrar esse time de grupos organizados da pessoa idosa querendo alcançar uma melhoria no orçamento proporcional ao aumento demográfico da população idosa na nossa cidade.

Temos um selo, mas não é como na questão climática, em que ele é acompanhado de indicadores. A gente não tem os indicadores que permitam dizer que estamos alcançando a dignidade do serviço público para a pessoa idosa. Então, estamos muito ainda longe de constituir uma política pública. Até se fala se não seria uma Secretaria *etc*.

Então, quero me congratular com todos os que estão nessa luta e dizer que, na última audiência pública, com a presença do Secretário Totó, foi para nós uma alegria ouvi-lo se comprometer com o VAI 60+ no orçamento da Cultura. O VAI é uma experiência exitosa, que trouxe os talentos da periferia, dos territórios vulneráveis e que rearticulou o protagonismo juvenil na cidade. E pleiteamos que a mesma coisa seja feita com ancestralidade desses jovens, aqueles mais velhos, que têm seus saberes, sua cultura.

Houve uma fala maravilhosa sobre as culturas nordestinas, que são os esteios sobre os quais se formou a nossa cidade; as culturas negras; as culturas LGBT; as próprias pessoas idosas em situação de moradia solo.

Então, o projeto VAI 60+ é fundamental para que – neste momento, em que a gente busca uma transversalidade das políticas, em que a gente busca uma integração maior, uma visibilidade, uma transparência no orçamento – a Cultura seja considerada um vértice fundamental.

Estamos aqui querendo construir a dignidade da pessoa idosa na cidade de São Paulo com a ampliação de serviços públicos, atendimento dos setores mais vulneráveis e a integração da Cultura também dentro dessa agenda. A Cultura não é só o VAI, é um orçamento

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 36 DE 71

frágil que já foi detectado. Então, os fomentos, os programas contínuos merecem toda a atenção e a continuidade. Não podemos ver uma oscilação de um ano para o outro em que se descontinuem ações estruturadas e funcionais que dão certo, como é o caso da queda do VAI juvenil, do nosso querido VAI inicial. Pelo VAI do idoso 60+. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Lia Debora, depois Filipe Moura.

A SRA. LIA DÉBORAH – Bom dia a todos e a todas. Eu acho que, de alguma forma, já está colocado aqui pela Luzia, pelo Seiti – bem-vinda, Olga – e pelo Pedro todo o trabalho que foi feito há três meses no mínimo. Estamos com um trabalho quase que diário nos organizando para tirar da invisibilidade da pessoa idosa. Nós discutimos entre todas as organizações, fóruns, coletivos, movimentos sociais. Estivemos nas ruas com um cortejo cultural no dia primeiro de outubro, Dia Internacional da Pessoa Idosa, quando protocolamos antes da entrada da própria proposta PPA e LOA nesta Casa. Protocolamos já nossas propostas e estamos aqui negociando fazendo a prática do diálogo e da negociação para dizer: não dá mais; por favor, vamos inserir a pessoa idosa no orçamento do próximo ano e nos quatro próximos anos, na LOA e no PPA.

Quero destacar que é necessário monitorar esse orçamento, e nós vamos monitorar. Esperamos não chegar à exaustão em que estamos, porque é muito cansativo. Para nós idosos é um sobre-esforço estarmos aqui.

Então, queremos, sim, o reconhecimento de toda essa participação popular. Queremos as ações, os projetos, as atividades especificadas; isso tudo é o que colocamos aqui. É o respeito, a valorização e a luta contra o idadismo.

Só completando: é urgente a moradia, a locação social. Fomos bem parcimoniosos: queremos só começar com 50 moradias em cada subprefeitura. Gente, vocês não imaginam a quantidade de artistas velhos que não tinham recolhimento previdenciário e agora estão numa situação muito complicada. Então, vamos dar implemento ao fomento à Cultura. Obrigada a todos. Encerramos um ciclo que acreditamos que seja um ciclo de participação social, e que essa palavra não seja vazia, seja real. Muito obrigada a todos e bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Felipe Moura, depois Rafael Sampaio.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 37 DE 71

O SR. FELIPE MOURA – Olá a todos e todas presentes. Queria cumprimentar a Mesa e os representantes do Poder Público, Legislativo e Executivo, e também a todas e todos da sociedade civil. É muito importante a presença das diversas áreas com suas demandas.

Estou hoje representando uma articulação pelo Promac, que é um Programa de Incentivo Fiscal à Cultura do município de São Paulo. Falando um pouco sobre mais recursos para outras áreas da Cultura, trago o Promac.

O Promac é um programa que vem de 2018 e que, nos últimos dois anos – 2023 e 2024 – teve certa dificuldade na garantia da execução do seu orçamento. Esse ano, a gente conseguiu, com bastante luta, garantir a execução de 100% do orçamento.

Quero falar justamente sobre o orçamento e a possibilidade de ampliação do orçamento do Promac, que é um mecanismo que, para este ano, teve orçamento de 30 milhões, que tem sido o mesmo orçamento dos últimos cinco anos. Para vocês terem uma ideia, esse orçamento, quando foi liberado e quando o programa começou a funcionar – agora, em 2025 –, durou apenas um mês e meio. Ou seja, os projetos que estavam aprovados no programa de incentivo fiscal municipal e que conseguiram receber esses recursos ou enviar os seus contratos foram apenas os projetos que foram enviados e captados no primeiro mês e meio.

Para vocês terem uma ideia, o orçamento do Programa Municipal de Incentivo à Cultura do município do Rio de Janeiro, que tem um orçamento total global municipal muito menor do que o município de São Paulo, é de 84 milhões de reais. O orçamento do Programa Municipal de Incentivo à Cultura do município de Belo Horizonte – cujo orçamento global do município para 2025 foi de 22 bilhões de reais, valor muito menor comparado ao município de São Paulo – tem um orçamento de 16 milhões de reais.

Ou seja, o orçamento do Programa Municipal de Incentivo à Cultura de São Paulo, o Promac, está muito aquém outros municípios e do País e também muito aquém – e acho que esse é o foco – do que ele pode ser para o município de São Paulo e para a cultura de São Paulo, que é tão importante e tão cara para nós.

Então, esta é minha fala: pela ampliação do orçamento do Programa Municipal de

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 38 DE 71

Incentivo à Cultura de São Paulo – Promac. (Palmas)

– Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado Felipe. Próximo inscrito, Rafael Sampaio.

O SR. RAFAEL SAMPAIO – Primeiramente, boa tarde a todos e todas; aos representantes presentes na Mesa e a todos no auditório. Meu nome é Rafael Fino e venho aqui como artista, educador e trabalhador da Cultura das quebradas de São Paulo. E hoje quero falar de prioridade. Não a que aparece no discurso oficial, mas a que se revela quando a gente lê o orçamento linha por linha. Eu estou falando do orçamento da Cultura, e essas informações foram tiradas do *site* da Secretaria da Fazenda.

No fomento de difusão do rock, o ano de 2025 tinha um orçamento previsto, mas a execução ultrapassou e chegou a 11% a mais do que foi planejado, do que foi orçado. E para 2026, o valor sobe ainda mais um orçamento, com um aumento de mais de 170%. Enquanto isso, programas que sustentam leitura, formação, juventude e periferia são empurrados para baixo.

O Plano Municipal do Livro e Leitura, por exemplo, executou em 2025 apenas 0,1% do valor orçado e mesmo assim, para 2026, o valor do orçamento sofre um corte de mais de 60%. É praticamente a extinção do plano pela via do orçamento.

O Programa Vocacional também em 2025 executou somente 35% do valor que foi orçado para 2026. Precisa aumentar o orçamento para que a gente possa ter um programa eficiente. E o que atrapalha realmente esses programas é baixa execução, que trava a continuidade das ações dos territórios.

No Território Hip Hop, o cenário é ainda mais crítico. Esse ano foi apenas executado 10% do orçamento de 2025, e para 2026 está previsto um corte de quase 50%. Ou seja, para o programa que quase já não rodou, agora está previsto o recebimento de ainda menos. O Mês do Hip Hop, fruto de uma lei, que movimentava a circulação cultural na cidade inteira, executou só 50% do que forçado em 2025 e, para 2026, tem uma previsão de corte de cerca de 37% do que foi orçado.

Então, diante disso, eu vejo uma verdade simples, isso não é falta de recurso, é uma decisão de prioridade. Quando o setor é escolhido para crescer como o rock, o recurso aparece e até supera o previsto. Mas quando a gente fala de leitura, formação cultural, juventude periférica e hip hop, o recurso não chega e ainda diminui para o ano seguinte.

E é justamente aqui que eu preciso dizer algo importante, o problema não é o rock crescer. O problema não é um programa ser bem executado ou receber reforço, como a gente vê nesse caso, o que a gente cobra é coerência. Se a cidade consegue expandir um setor, ela também pode e deve manter ou ampliar os orçamentos dos programas que formam leitores, fortalecem artistas, geram acesso e transformam vidas nas periferias. Por isso, a nossa cobrança é clara, que esses programas não sofram cortes em 2026, que sejam mantidos ou ampliados e que a execução seja completa, transparente e comprometida com o território, porque a Cultura não sobrevive com corte. Cultura se fortalece com continuidade, investimento e prioridade real. Se é possível crescer em um setor, é possível crescer nos outros. E a periferia merece o mesmo nível de investimento, respeito e compromisso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado. Próximo inscrito, Tabata Mendes. Em seguida, Bruno Vilas.

A SRA. TABATA MENDES – Bom dia. Obrigada pela oportunidade, eu gostaria de cumprimentar todos os presentes, a Mesa, em especial o auditor que apontou tantas fragilidades e desafios no cumprimento desse orçamento. Meu nome é Tabata Mendes, sou produtora cultural e venho reforçar aqui o quórum dos trabalhadores da Cultura. E pedir que esse orçamento destinado à Cultura seja, em 2026, de fato cumprido, porque já basta as baixas que a gente teve anos consecutivos, inclusive, este.

Como produtora cultural ativa, estou sempre em diálogo com os equipamentos nas casas de cultura, com os fazedores, gestores, jovens monitores de cultura dentro dos espaços, nos territórios, inclusive, dentro da Secretaria Municipal de Cultura, converso também com essas pessoas. E algo que tenho escutado dos meus colegas, e a ideia aqui não é explanar ninguém,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 1049

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 40 DE 71

mas é dizer que tenho ouvido que os trabalhadores da cultura, o pessoal que está ali tentando fazer com que esse orçamento seja cumprido, tentando fazer com que a verba chegue na ponta, eles estão sobrecarregados. Não é falta de vontade, é falta de gente dentro da Secretaria para fazer acontecer.

Como é que se colocam 2 milhões de reais numa pasta, em uma área, em um núcleo da Secretaria, com três ou cinco pessoas, para dezenas de editais, contratos e processos, tudo isso com verbas que ora liberam, ora congelam. Não há cultura possível sem continuidade, processos organizados e equipes suficientes. Precisamos de concursos públicos para a área da Cultura, de assistente administrativo a especialistas, para diversas áreas que possam apoiar os colegas no cumprimento deste contrato e destes orçamentos. Precisamos de gente interessada em Cultura, gente que entenda de Cultura, de Educação, de processos administrativos, de colocar processos organizados de pé, de apoio para quem está ali dentro da máquina, institucionalizado na engrenagem. Precisamos de mão de obra capacitada que possa auxiliar os fazedores da cultura, desde dentro da Secretaria até a base nos territórios.

Outro ponto importante que, como comunicadora e formada em comunicação social, observo que os equipamentos públicos, principalmente os da periferia, que não estão na região Central, carecem muito de comunicação. Comunicação, é preciso investir em gente, processos e comunicação. Comunicar com os territórios, com a comunidade, com o entorno, dialogar com os demais equipamentos locais, escolas, coisa que os gestores, inclusive, jovens monitores, se esforçam demais para fazer, mas investir em comunicação local e de massa. Comunicação integrada que chama, não dá só para fazer comercial na TV para Virada Cultural, do ônibus, do Paulistar para gringo ver e deixar que os equipamentos periféricos, os programas de Cultura, morram sem apoio, sem processos, sem comunicação e divulgação.

Não é falta de demanda de gente para consumir, é falta de processos organizados e comunicação. Há lugares, inclusive, nesses territórios, quando você vai no equipamento, que cinco quadras para a frente, o pessoal não sabe que tem um equipamento público ali. Então, é preciso promover esses espaços como espaços de educação, cultura e educação.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Tabata, o próximo inscrito, eu preciso chamar.

A SRA. TABATA MENDES – Eu estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Mas já passou o seu tempo, por favor.

A SRA. TABATA MENDES – Então, meu apelo aqui é para que esse orçamento se cumpra, concurso público, processos realizados.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Próximo inscrito, Bruno Vilas, por favor.
Em seguida, Michelle Carmo.

O SR. BRUNO VILAS – Boa tarde a todos e todas, aos presentes, à Mesa, Vereadores relatores, o meu nome é Bruno, eu sou membro do concurso de 2023, da carreira de analista de políticas públicas e gestão governamental. É um concurso que foi prorrogado até junho de 2026 e o nosso pleito é de um apoio dos Vereadores para emenda de cerca de 15 milhões, a partir de abril, para a nomeação dos 88 aprovados.

Hoje, há 147 cargos vagos de 300 existentes. E esses cargos, a própria gestão do Ricardo Nunes ampliou de 200 para 300. A gente tem tido uma boa interlocução junto à administração direta que, inclusive, em planos de ações institucionais de 19 secretarias indicaram a necessidade de mais 103 APPGGs, para novos 90 projetos. Por que a gente acha importante, uma pauta que pode unificar tanto Vereadores quanto a Prefeitura? Porque é uma carreira de alta qualificação e de um impacto que dialoga com todas as demandas daqui, de Educação, de Saúde, de Cultura.

E não só isso, de um plano institucional de interesse para a população, mas também no que tange à questão orçamentária, de incremento de receita e de redução de receita, Marcelo. A gente tem um projeto de destaque, do qual os APPGGs atuais participaram, que é o Programa de Ciências Comportamentais, que conseguiu um potencial de incremento de receita da ordem de 943 milhões, o que é muito acima do valor de nomeação dessa emenda.

Então, a gente acredita que por ser também um exercício descentralizado, tem a

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 42 DE 71

característica de ser modular, para uma atuação direta, para uma doação de gestão de contratos. Então, a gente espera que contemos o com apoio de todos aqui presentes, inclusive, da Mesa, dos gabinetes, se possível nos receber, para a gente explicar um pouco mais a nossa demanda e tentar viabilizar isso que a gente acredita que vai ser muito importante para o município.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Bruno. Próximo inscrito, Michelle Carmo.

A SRA. MICHELLE CARMO – Boa tarde a todos os presentes, à Mesa, cumprimento. Eu também faço parte dessa comissão dos aprovados do cargo de APPGG, que é o Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental. O cargo criado em 2015, os primeiros concursados entraram em 2016, e eram 200 vagas, como o Bruno falou. E aí o Nunes na gestão dele, em 2023, colocou mais 100 vagas, e foi para 300.

Então, a gente está aqui com uma demanda de 147 vagas mapeadas na Prefeitura, 103 pelo plano de ação, como o Bruno falou. A gente não conseguiu acesso a todos os planos da Secretaria, então a gente conseguiu essas 103, são 19 secretarias que a gente mapeou, e para 90 novos projetos, no caso. Então, a demanda nossa é essa, é uma demanda simples, é um orçamento de 15 milhões, que é bem baixo em relação ao orçamento da Prefeitura. E como já estava com uma previsão na própria gestão Nunes, que foram criadas essas 100 vagas, então, entendo que até já poderia estar dentro do orçamento, mas a gente está pedindo, então, para colocar como uma emenda. É uma demanda simples que provavelmente já poderia até, inclusive, estar no orçamento.

Então, eu não vou me estender mais porque o Bruno já colocou bastante dos dados. É mais para reforçar esse pedido, que é uma carreira bastante qualificada e que tem feito bastante diferença. Se vocês conversarem, onde há a atuação desses analistas, vocês vão perceber que é muito bem falado do trabalho. E tem um pessoal muito qualificado que está aprovado já, só esperando essa nomeação.

E só mais um ponto, que seria para o ano que vem, como vai expirar, se não for

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 43 DE 71

chamado o ano que vem, a gente vai ter que promover provavelmente um próximo concurso para preencher essas 147 vagas. Então é isso, agradeço a atenção.

– Manifestação fora do microfone.

A SRA. MICHELLE CARMO – A minha, particularmente, é em análise de dados, estatística, mas assim, é porque também, inclusive, foi uma demanda do último concurso, a parte de estatística, de probabilidade e de análise de dados foi bastante forte. Então, tem uma galera que tem esse *skills*. E tem também uma galera de gestão de políticas públicas, meio formado, e com doutorado. A gente tem todo esse perfil e vamos, agora, passar esse relatório para todos os gabinetes, inclusive, no seu.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Michelle. Próximo inscrito, Rodrigo Brizola, por favor. E em seguida, Rudy. O Rodrigo abriu mão. Rudy, Cooperativismo Cultural, e depois Zé Renato.

O SR. RUDY – Boa tarde a todos, boa tarde a todas, boa tarde, Vereadores, Vereadoras, Secretário, TCM, vou falar rapidamente, queria só fazer um “relembramento” da nossa audiência temática da área da Cultura. Eu queria aproveitar a presença do Secretário de Planejamento para dizer, Secretário, com todo respeito, com toda educação, que esse ano, eu sei que a responsabilidade não é sua, você planeja o orçamento para a cidade, isso deve ser, é muito difícil fazer isso, eu imagino. E fica na mão do nosso Relator, porque o nosso Relator, na verdade, é que tem um papel importantíssimo para decidir o que é prioridade nesse momento na cidade de São Paulo.

Eu queria lembrá-los que na última temática de Cultura, o Secretário Totó Parente esteve presente, inclusive, um representante da Secretaria de Planejamento, que eu acho que era o Adjunto, não lembro o nome...

– Manifestação fora do microfone.

O SR. RUDY – Vicente. E eles se comprometeram a repor o orçamento que não foi executado no nosso setor cultural, em todas as frentes que têm aqui, são vários projetos, vários

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 44 DE 71

programas de fomento que não foram executados, o orçamento foi previsto, mas não foi executado. Então, eles se comprometeram a fazer isso. Eu venho aqui, obviamente, cobrar essa posição nesse espaço público, que é o espaço oficial para que a sociedade civil se posicione.

Então, a gente está aqui para lembrar, isso está gravado na TV Câmara, isso está gravado em vários outros lugares, para dizer que isso é importante, e que isso também faz parte daquilo que a gente acredita como cultura, porque eu sou daqueles que acredita que a Cultura é tão importante, tão prioridade quanto é a Saúde, quanto é a Educação, quanto é a Segurança Pública. Então, acho que a gente tem que estar no orçamento da cidade. E a gente compreende as prioridades de um governo pela sua pasta orçamentária.

E eu espero que o Governo do Ricardo Nunes, que foi Vereador nesta casa, a gente já fez muitas conversas, ele esteve nessa posição que você está, que é difícil para caramba, apanha bastante, mas faz parte. Então, eu queria pedir para que você tivesse a sensibilidade de lembrar da reunião temática que eles se comprometeram. E eu acho que é importante que isso esteja no orçamento desse ano. Recompôr o orçamento com as perdas que nós tivemos, porque senão a gente todo ano só perde, a gente planeja e não executa.

Secretário de Planejamento, foi executado no fomento ao teatro, por exemplo, só como margem de entendimento, só 30% do que foi previsto para o ano de 2025, na área de fomento ao teatro, estou falando de uma coisa específica, não no conjunto todo da Secretaria. Então é isso, é uma cobrança educada, dentro do protocolo, pedindo para que vocês cumpram o orçamento que vocês se comprometem a fazer com a sociedade civil organizada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Rudy. Próximo inscrito, Zé Renato. Em seguida Michel.

O SR. ZÉ RENATO – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Obrigado pela presença, obrigado pela participação. Excelente a fala do companheiro do Tribunal de Contas, porque tem um ponto da parte que ele fala, que a gente cobra há muito tempo nessa Casa, que é a questão da discricionariedade.

Eu venho falar em nome da Cultura também. Eu compartilho completamente a fala anterior do companheiro Rudy, endosso, e a minha fala acrescenta à fala dele, porque é isso, a gente dialoga, conversa, debate, discute, consegue as rubricas orçamentárias, acompanha a execução orçamentária, e ela é completamente desvirtuada por essa margem de discricionariedade.

Então, pegando o próprio exemplo que a Vereadora Janaina Paschoal colocou, de um evento de 500 mil reais, o que acontece hoje nessa cidade é que existe a discricionariedade do Poder Executivo, de pegar um dinheiro do projeto de fomento à dança, de fomento ao teatro, de fomento ao forró, e reduzi-lo para fazer um show. Isso é absolutamente comum. A questão é que isso se tornou absolutamente comum na cidade. Existem rubricas no orçamento da Cultura que são absolutamente abertas, fomento a atividades culturais que entram na peça orçamentária com 20 milhões em um ano, e executa mais de 80 milhões ao longo do ano. Fazendo o quê? Fazendo esses decretos de movimentação orçamentária que retiram os recursos dos programas de base, aqueles que chegam na ponta, aqueles que são regionalizados, aqueles que atendem a periferia, aqueles que têm nome, que têm endereço certo, e são deslocados para uma rubrica genérica de fomento a atividades culturais.

Lembrando a fala do companheiro também, a gente conversou na audiência pública do orçamento, Marcelo, da necessidade de a gente rever por completo esse orçamento da Cultura. Então, seria bom a gente também do setor cultural, poder sentar com você em algum momento, antes da votação do orçamento, para poder dialogar e conversar com você sobre essas questões levantadas, a reposição dos valores, o ajuste correto às nomenclaturas. Seria muito bom que essa Casa fizesse efetivamente uma revisão desses valores, e que a gente brecasse essa discricionariedade absurda.

Marcelo, eu queria sair daqui com um compromisso contigo, se for possível, de a gente fazer uma reunião da Cultura com você.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Renato, nas outras audiências eu falei o tempo todo que o nosso gabinete está à disposição de todos vocês. Estamos atendendo todo

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 46 DE 71

mundo, é só você ir até o nono andar e falar conosco.

O SR. ZÉ RENATO – Vamos agendar isso. Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado. Próximo inscrito, Michel, por favor, depois o Rapper Pirata.

O SR. MICHEL GALIOTTO – Boa tarde agora, meu nome é Michel Galiotto, eu sou ator de teatro e trabalhador dos programas de formação. Em cada edição um programa diferente, a maior parte do tempo Vocacional, mas também esse ano no PIAP, e também estou falando em nome das pessoas do PIÁ. São programas de formação cultural da administração direta, da Prefeitura. Um dos programas que o Fino falou aqui também.

Gostaria de cumprimentar a Mesa, e gostaria de falar uma fala especial, agora, para os Vereadores que apoiam, que estão no Governo, em favor, na Base do Governo, Vereadora Sandra Tadeu, Messias e Silvinho. A Secretaria Municipal de Cultura tinha esse nome, né, Secretaria Municipal de Cultura, aí entrou essa...

– Manifestação fora do microfone.

O SR. MICHEL GALIOTTO – Ok, mas agora, com a nova gestão de Ricardo Nunes, está sendo chamada Secretaria Municipal de Cultura e Economia Criativa. Quando se tornou Economia Criativa, ficou um horror. Então, não adianta a marca se o conteúdo é horroroso.

Olha, a Secretaria agora, para os programas de formação, para as ações culturais, não tem mais lanche, não tem mais contrato de ônibus, não tem mais material, então, muitos formadores gastam do próprio dinheiro. A própria Secretaria de Cultura, quando a gente tem material, tem alguma coisa, não tem mais carro da Secretaria para buscar as coisas, a gente gasta do nosso dinheiro, têm coisas que são para caminhonete e aí ninguém retira. Tem um monte de equipamento nosso lá no pátio do Pari, porque são colchões para circo, não dá para pegar.

Está um horror a Economia Criativa. A gente não tem mais materiais, não tem mais formação para os professores, porque se contratavam formadores para preparar os trabalhadores, não têm. A gente não tem mais as publicações, livros, catalogações, nada. E as

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 47 DE 71

edições dos programas eram em torno de 10 meses, agora, virou quatro meses e meio, seis. Está um horror.

E outra coisa, essa Secretaria de Economia Criativa gosta muito de entregar programas e projetos para empresas privadas. E aí eu gostaria de dizer que tudo que foi entregue para empresas privadas está muito mais caro e o funcionamento está pior. As empresas privadas pegando, estão fazendo um trabalho caro e ruim. A administração direta, através de vários programas que restaram, entre eles PIÁ, Vocacional e PIAPI, funcionam melhor com menos orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Conclui, por favor.

O SR. MICHEL GALIOTTO – Gostaria de falar, para concluir, para o Secretário de Planejamento, a gente tem que parar de ter planejamentos *fake*. O Vocacional, o ano passado, executou 35% do orçamento só. O PIAPI, este ano, em torno de 35%, assim como o PIÁ e Vocacional. A plataforma que o senhor falou, Participe+ teve...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Conclui, por favor.

O SR. MICHEL GALIOTTO – Vou concluir, 10 segundos, por favor. A plataforma Participe+, a gente colocou centenas de proposições, nenhuma foi ouvida. Aliás, o nosso valor da hora aula, se fosse corrigido pela inflação, deveria ser em torno de 110 reais a hora. Isso está escrito lá no Participe+, ninguém deu bola.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Próximo inscrito, Rapper Pirata. Presidente, me permita, estamos preocupados, gente, porque nós temos ainda 15 inscritos e nós temos que devolver o Salão Nobre às 14h.

Presidente Jair, o senhor pode concluir, por favor? Se puder diminuir o tempo do pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É isso mesmo que eu ia tentar. Na verdade, 14h45, para que a Comissão também se prepare, a Comissão de Saúde, não é? Ok, Rapper Pirata.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 48 DE 71

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. RAPPER PIRATA – Eu não vou soldar as coisas. A linha que eu tinha, tinha que soldar, mas o ferro de solda está criminalizado.

Eu quero parabenizar os Vereadores, porque eu sei que muita gente estuda, vem da academia, vem pedir emprego, é tudo da hora, mas esta audiência pública tem uma situação de democracia incrível que o planejamento não compreende. As pessoas não compreendem o que nós estamos falando, porque, desculpa, mano, tecnicamente, eu entrego tudo o que vocês quiserem. Cientificamente, eu tenho essa capacidade, não só eu, não, todo mundo aqui; mas, infelizmente, eu não sei se o Executivo vai ouvir o que nós estamos falando, se o Executivo vai efetivar o que nós estamos falando.

Nós estamos pedindo para os relatores com muito carinho, porque aqui não é desabafo, isso aqui não é uma coisa psicológica, isso aqui é a busca da cidadania. E o retrato da cidade de São Paulo são essas audiências públicas, e elas são esvaziadas depois, no momento do Orçamento, quando é ouvido o amigo do gabinete, do amigo do gabinete, o amigo que é do gabinete do gabinete do amigo. O amigo do gabinete está fazendo *lobby*, outras fitas, e o dinheiro público está sendo usado, que é o dinheiro nosso.

De que cidade do futuro que nós estamos falando? Falam da cidade do futuro. Ano que vem, eu não posso falar que é todo mundo, mas eu tenho que falar que tem partido que vai fazer isso: O foco de vocês é matar pessoas. Segurança pública. O meu foco é mais cultura, menos viatura. Mano, você não entende o que nós estamos falando? Não queremos os nossos mortos, não adianta vir com essa política que tem que prender e matar gente.

Eu vou fazer o retrato, porque eu não posso esquecer. Houve um momento em que um cara do partido do MBL, o maldito falou que tem que assassinar pessoas, e o Prefeito estava nessa Mesa; e não aconteceu nada.

Para eu terminar, só quero reforçar que tudo o que nós estamos fazendo aqui, gente, o orçamento, é lei. Isso que as pessoas não compreendem. A lei não é cumprida. Tudo o que nós estamos discutindo é um desenho de uma lei, que é o orçamento, e a Cidade tem que cumprir

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 49 DE 71

a lei. Quando a Cidade não cumpre a lei, o que eles fazem? Colocam a gente nos presídios. Então, cumpram a lei.

Qual é o planejamento da cidade de São Paulo? Estamos cobrindo políticas vazias, porque não temos planejamento, mas vocês não nos ouvem.

Mano, assim, os idosos estão de parabéns, porque idosos são cidadãos como a gente, vocês são as mesmas pessoas que tinham zero anos, são os mesmos; não existe idoso, mas a luta que foi colocada aqui de democracia é importantíssima.

Marcelo Messias e Silvinho, vocês precisam colocar essas rubricas, é emergente, para depois fazer parceria conosco e nós cobrarmos o Governo, para mostrar que vocês são políticos sérios. Está na hora de serem gestores públicos, homens públicos, não só eleição, porque a Globo ganha um dinheiro da Cultura pesado. Tire a Globo. Mais cultura, menos viatura.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Edna Kobori. Depois, o Darlan Teles. Se conseguirem falar em dois minutos, nos ajudam, para que todos possam falar.

A SRA. EDNA KOBORI – Boa tarde a todos. Primeiro, parabenizar o Tribunal de Contas. Quando eu estava ouvindo, apareceu um monte de coisa que nós pensamos quando estuda o orçamento e, de repente, você estava elencando e foi muito bom.

Eu queria falar um pouco sobre a questão da intersetorialidade não só no Orçamento Cidadão, mas no orçamento como um todo. Nós pedimos a construção de um parquinho sensorial numa área da Secretaria de Esportes. Só que eles falaram que lá não é possível, porque tem espaço, mas não tem quem conserve, porque conservação é da Subprefeitura. Só que eles usaram o recurso da Subprefeitura para construir um vestiário para um time de *rugby* que existe dentro de uma praça. Quer dizer, construir vestiário para um time, pode.

Essa questão da intersetorialidade acontece em todas as áreas. A questão de instituições de longa permanência, essas coisas, precisa de equipamentos híbridos entre assistência e saúde, existe muita coisa entre assistência e esportes, educação, para as crianças especiais e tudo mais. Só que assim, quando levantamos a questão, ninguém quer assumir,

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 50 DE 71

ninguém quer fazer as coisas em conjunto.

Então, as políticas ficam fragmentadas, nós trabalhamos o território com a mesma demanda, só que tem duas instituições, cria-se dois órgãos, porque as Secretarias não se conversam. Então, eu não sei como é que se resolve isso na questão do orçamento, porque cada Secretaria tem um orçamento. Como é que faz se faz um orçamento conjunto? Porque eu acho que a gente perde muito recurso criando dois equipamentos, sendo que poderia criar só um equipamento.

Nesse caso, seria interessante ter profissionais de políticas públicas, que eles saberiam apontar alguma solução, alguma coisa, porque estamos querendo falar de políticas públicas.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigada. Sr. Darlan Telles. Depois, Beatriz Rangel.

O SR. DARLAN TELLES – Saúdo a Mesa, saúdo os lutadores pela Cultura, esse movimento incrível das pessoas idosas também. Eu sou Darlan Telles, estou aqui em defesa dos programas de formação cultural da cidade de São Paulo e eu faço coro com essa movimentação das pessoas idosas, uma vez que o programa vocacional, na falta de programas para essa faixa etária, sempre atendeu. E, aliás, a das melhores experiências que tivemos foi com a população idosa, e temos sempre a história de um idoso que teve esse sonho enquanto jovem, mas não teve esse direito. E, quando idoso, os movimentos culturais, como o vocacional, a formação cultural, atendem.

Mas nós temos observado que, nos últimos anos, tem havido um desmonte, tem havido uma falta de investimento nos programas de formação. Eu acho que é um pouco resultado dessa falta de atendimento não só à população idosa, mas a todas as faixas etárias.

Eu acredito que a cultura começa com um planejamento. Eu imagino que, quando se faz esse orçamento, está dizendo que se quer para a Cultura. E o que estamos observando é que, com a quantidade de reduções que está ocorrendo a cada edição, eles querem desmontar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 1060

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 51 DE 71

a Cultura.

Neste ano, o programa que tinha a previsão de contratação de 93 educadores, nesse edital, 80, o que seriam 13 educadores equivaleria basicamente a 520 vagas. Eu estou falando só de vagas, não estou falando de atendimento.

O trabalho na Cultura depende de divulgação, diferente da Educação, que as pessoas têm que estar na escola e tal. É um direito que precisa ser informado, precisa ser divulgado. A Secretaria não investe nessa divulgação, assim como tem a questão também dos concursos públicos, de contratação de profissionais da Cultura para executar esses serviços na Secretaria.

Então, o vocacional passa de 8000 para 6000. E o que nós estamos querendo é que seja igualitário esse valor do orçamento. Nós estamos pleiteando para vocacional 6 milhões de reais, assim como para os outros programas também. Que corrijam esse probleminha com o Vocacional, que está com 3,5 milhões de reais. Nós gostaríamos que fossem 6 milhões.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Beatriz Rangel. Depois, o Marcelo Siqueira.

Se não diminuir o tempo, nós não vamos ter tempo de ouvir o Secretário. Não quero cercear a palavra de ninguém.

A SRA. BEATRIZ RANGEL – Boa tarde a todos, todas e todes. Eu queria cumprimentar a Mesa e queria cumprimentar também todos os presentes. Eu sou a Bia Rangel, sou artista educadora da linguagem da dança e eu sou articuladora territorial na região Oeste: Butantã, Rio Pequeno e Raposo Tavares.

Eu venho falar nesta Tribuna da necessidade de fazer a revisão do PLOA 2026, para que possamos incorporar as modificações que o Secretário de Cultura Totó Parente anunciou, em audiência pública, duas semanas atrás. Isso inclui restituir integralmente o orçamento dos programas de fomento que não foram pagos este ano, que estão com atrasos acumulados de alguns anos, e incorporar esse valor já na LOA 2026.

Isso, eu estou falando diretamente também para o Relator Marcelo Messias, para que possamos fazer essa revisão já agora, como o Secretário prometeu.

Restituir a linha orçamentária própria do Centro de Referência da Dança, que os movimentos culturais entregaram para os senhores, componentes da Comissão de Finanças, por *e-mail*, as solicitações que coletamos dos movimentos culturais e dos coletivos e fóruns de Cultura, incluindo o Centro de Referência da Dança e o Centro de Memória do Circo, com uma rubrica própria, porque isso é muito importante que esteja discriminado.

E falar também é como integrante que fui dos programas de formação cultural. Eu fui articuladora e também artista educadora do PIÁ e do PIAPI, que são programas que atendem as quebradas, todas as faixas etárias: o PIAPI, de 0 a 6 anos; o PIÁ, de 6 a 13 anos; e o Vocacional, a partir dos 14 anos até os idosos.

Como foi falado pelos companheiros, esses programas estão com o orçamento, muito aquém do que eles deveriam ter. Este ano, nós não estamos solicitando uma reintegração das perdas totais, mas apenas uma equiparação dos 6 milhões de reais para cada um desses programas; e a necessidade de termos o Sistema Municipal de Cultura implementado com a participação popular.

E fazem parte do sistema de cultura o Plano Municipal de Cultura, o Fundo e o Conselho Municipal, que não estão incluídos nessa peça orçamentária. Então, também precisamos incluir como que vai acontecer a sistematização do Plano Municipal de Cultura, a implementação do Conselho e do Fundo, porque sem orçamento também não é possível implementar.

Dizer que, semana passada, o Governo Federal enviou para o Congresso Nacional o Plano Nacional de Cultura para ser aprovado, e nós vamos ter que correr atrás, vamos ter que fazer a nossa lição de casa, para também implementar o Sistema Municipal de Cultura aqui para garantirmos. A meta 1 do Plano Municipal é a contratação de servidores públicos, é reestruturação da Secretaria Municipal de Cultura, que não foi realizada. Então, precisamos atualizar o nosso Plano.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 53 DE 71

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Marcelo Siqueira. Depois, a Sra. Antônio Freitas.

O SR. MARCELO SIQUEIRA – Boa tarde a todos, boa tarde a todas, Vereadores, autoridades da Mesa.

Secretário Clodoaldo, ontem eu estive na sua Secretaria, juntamente com nosso agrupamento CPM lideranças SP, estivemos lá conversando com os técnicos, foi uma reunião muito agradável com relação ao Orçamento 2027; e, no debate que nós tivemos lá, ficou uma coisa parada, que é relacionada a duas coisas que foram colocadas aqui pela Carmen e pelo Gilberto, que é o valor do Orçamento Cidadão para 2026, ou seja, a discussão para 2027.

É um valor muito pequeno, 10 milhões de reais, para as populações grandes das regiões. Inclusive, nós estamos discutindo com a Relatoria, o Vereador Marcelo Messias nos recebeu, tivemos um bom papo sobre o que aconteceu em 2024, que foram 16 milhões e baixou para 10 milhões de reais em 2025. Então, nós precisamos ter esse debate bem feito.

Eu quero elogiar a participação do Auditor Rodrigo, do Tribunal de Contas. Foi feita uma exposição muito boa, eu já participei de outras três audiências com o Tribunal de Contas e eu nunca tinha visto uma apresentação muito boa, Rodrigo. Porém, eu quero fazer uma crítica construtiva: Nas três anteriores que eu que eu participei, fiz a crítica construtiva e não veio devolutiva para a sociedade civil, que é referente ao Íris.

Dentro do Tribunal de Contas, nós temos um aplicativo chamado Iris, que não é um aplicativo de fácil uso para a população. Na minha visão, ele fica mais interno, com os funcionários do Tribunal, do que para a população, para a sociedade civil. São três anos que nós temos participado mais ativamente de audiências e eu acho que vocês têm que mexer na participação do Íris, trazer o Íris para a sociedade civil, para nós entendermos mais o orçamento.

Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Antônio Freitas. Depois, Alessandra.

A SRA. ANTÔNIA FREITAS – Eu quero começar dizendo que o nome da Secretaria de Planejamento é Secretaria de Planejamento e Eficiência, então nós esperamos eficiência.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 54 DE 71

Agradecer ao Tribunal de Contas. O Marcelo falou do Íris, realmente um mecanismo que a população possa dar uma devolutiva, fazer uma avaliação do dinheiro público.

Os documentos coletivos da pessoa idosa, nós temos o selo amigo da pessoa idosa. Vamos praticar? Vamos brincar de prática? São 213 ações do documento que foi entregue. Nós necessitamos de estrutura de governança. Se não fiscalizar, não vai andar. Para que, de fato, a invisibilidade da pessoa idosa, orçamentária – que nós chegamos à conclusão de que tudo aqui é muito genérico – saia do papel e se torne política pública real.

Código do Documento 4.032: fala de aumentar os recursos da Cultura, todas as ações dos programas da pasta da Cultura nas 32 Subprefeituras.

Chega de morte no esporte. E 1% de orçamento para Secretaria de Esporte. Secretário Marcelo, o senhor teve 26 falas da Secretaria de Esporte, todas reclamando da degradação, reclamando da ineficiência, reclamando da falta de dinheiro para idoso, criança e todas as qualidades, e nada foi feito. Esporte é vida, saúde, trabalho, lazer e dignidade e vai colaborar com a vida da pessoa idosa de 0 a 100 anos.

Descumprimento do Estatuto do Servidor Público Municipal. Quanto a questão do LCM do HSPM, esse valor simbólico de 3% não pode constar nesse orçamento. Nós temos que ter um orçamento do servidor público municipal em valores. Nós temos 144.000 funcionários públicos, 53.000 servidoras em idade fértil, e a maternidade foi fechada por falta de dinheiro.

Outra coisa que eu quero: pedir aumento de recurso de zeladoria para a Subprefeitura Mooca, porque nós temos CTAs e equipamentos públicos que aumentam a necessidade de dinheiro para zeladoria.

O Marcelo falou da necessidade de um acesso mais fácil ao Tribunal. Vou instalar amanhã.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado. Alessandra. Depois, Davi Coelho.

A SRA. ALESSANDRA – Boa tarde a todos. Cumprimentar a Mesa. Hoje eu vim falar sobre a audiência, que é de Planejamento e Eficiência; Fazenda e Tribunal de Contas do

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 55 DE 71

Município. Vou fazer só uma breve leitura aqui do meu discurso e depois eu vou complementar com um agradecimento. Sobre o projeto da Subprefeitura do Jose Bonifácio, prevista no Projeto de Lei 545/2006, que retoma a demanda histórica da população da Zona Leste, de Itaquera, que há anos reivindica a gestão mais próxima e eficiente do distrito, com mais de 320 mil habitantes.

A mobilização de moradores e comerciantes e associações demonstra força comunitária e impulsiona essa proposta diante do cenário.

O Tribunal de Contas do Município tem um papel essencial para poder avaliar a viabilidade orçamentária junto com a Seplan e os impactos administrativos na eficiência da reorganização territorial, garantindo que a descentralização ocorra de forma responsável. Deve orientar o Executivo, com a elaboração de estudos técnicos e calcular custos na análise de compatibilidade do planejamento fiscal, assegurando que a nossa subprefeitura contribua para: melhorar os serviços de zeladoria e atendimento ao cidadão; desenvolvimento econômico, especialmente do Polo Industrial de Itaquera, hoje subutilizado; e, com a criação da Subprefeitura da José Bonifácio, fortalecer não apenas a legibilidade popular, mas também o respaldo técnico e fiscal necessário para transformar o distrito em um polo que prospere, com serviços públicos eficientes.

Gostaria de finalizar a minha fala fazendo um agradecimento a cada munícipe que hoje está presente, a todos que participaram das audiências públicas.

Eu sei que não é fácil. Eu mesma aprendi muito, participando.

Agradeço também à Mesa, pois aprendi bastante. E acredito que seja interessante a pessoa, ao menos em um momento da vida, participar de audiências públicas, para ter como aprendizado e, assim, exercer o seu papel de munícipe.

Peço a gentileza de os senhores componentes da Mesa darem atenção aos munícipes, porque nós somos o olhar de São Paulo. Vocês vêm trazer as demandas, as suas sugestões para o orçamento, para contribuir para uma cidade, um distrito, um município melhor.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Alessandra.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 56 DE 71

Davi Coelho. Depois é o Prof. Marcelo Nerling.

O SR. DAVI COELHO – Boa tarde a todos.

Estou aqui hoje para poder fazer uma reclamação e também algumas ponderações.

Como foi mostrado pelo representante do Tribunal de Contas, existem, obviamente, problemas na descrição dos nossos gastos públicos, na organização da PPA da LDO e da LOA. E eu acho isso ainda mais “abismal” quando se olha o Portal da Transparência do município.

As informações não são claras, os documentos são desorganizados. Colocam anexos que você precisa abrir mais de dois para conseguir ter a informação que você busca. E isso não deveria acontecer, ainda mais em um município como São Paulo, com 12 milhões de habitantes. É importante que a informação seja clara, transparente, e, principalmente, os gastos públicos sejam bem descritos – o que não são.

Colocar porcentagem do que esperamos fazer? Como eu posso claramente buscar a informação quando essa porcentagem não tem nem o fundo claro de quais são os números que levaram a esses dados? Isso não deveria estar na descrição de nenhuma LDO.

É claro que os Vereadores podem alegar que não são os únicos, que os outros entes da federação fazem a mesma coisa. E, bom, isso é verdade, tirando exceções, é claro, porque existem, sim, alguns entes da federação que fazem o seu trabalho direito na descrição da LDO, da PPA e, principalmente, da LOA.

O que eu peço é que haja impugnação da PPA atual e que pensem de novo.

Não estou pedindo que vocês saibam como fazer o trabalho direito, porque não sabem, e não estão fazendo direito o trabalho. Peçam ajuda profissional. Peçam ajuda da sociedade. Até porque, nas vezes em que o país entrou em crise e precisou do pensamento técnico para resolver a situação, foi o pensamento técnico que resolveu, não foi a ideia em si. Como, por exemplo, nos anos 80, a época perdida do nosso país, quando houve a crise orçamentária, o problema da inflação sem controle. Foi com a gestão e com a participação técnica de profissionais que se resolveu esse problema, não foi com a ideia sem nenhum tipo de conhecimento dos políticos.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 57 DE 71

– Assume a presidência o Sr. Marcelo Messias.

O SR. DAVI COELHO – O que eu quero é que, no próximo ano, vocês refaçam esse trabalho. Se possível, repensem a PPA também. E tragam dados técnicos e claros.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado.

Professor Marcelo Nerling.

Em seguida, Sérgio José e André.

Ainda temos seis inscritos, e temos que devolver o salão em 15 minutos.

Se puderem adiantar a fala, agradeço.

O SR. MARCELO NERLING – Perfeito, Excelência.

Bom dia a todos e a todas.

Eu vou diretamente ao ponto.

Parece-me que quem teve a oportunidade de acompanhar as audiências públicas tem o diagnóstico real do que é a cidade. E o diagnóstico começa com a absoluta noção da falta de planejamento que nós temos no Município de São Paulo. Nós não estamos conduzindo absolutamente nada. E é exatamente esse tem sido o meu reclamo como professor de Direito Financeiro.

Eu tenho dito: as peças orçamentárias não servem para ensinar os meus alunos. E se elas não servem para ensinar os meus alunos de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, a quem elas serviriam? Elas não orientam nem os servidores; obviamente, nem a coordenação quanto à condução do controle social, do controle externo.

Então, Secretário, se V.Sa. estivesse provavelmente diante de um conselho privado, V.Sra. estaria destituída pelas peças orçamentárias que V.Sa. entregou. (Palmas)

E o que o Tribunal de Contas entrega hoje, com atraso, porque o parecer chegou no dia 24, e nós estávamos pedindo o parecer desde a primeira audiência pública, e eu o tenho, reiteradamente, chamado de “Tribunal de Faz de Contas”. E então entro diretamente no ponto.

Não há discricionariedade nenhuma quando os indicadores me aparecem 9% de remanejamento; na média, 34%, chegando a 64% de remanejamento. Isso não é

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 58 DE 71

discrecionariade, isso é crime de responsabilidade. (Palmas)

E está sujeito à sanção. E o polícia, veja o Tribunal de Contas, vem aqui e faz um apontamento de ilegalidade; e nós estamos trabalhando com um discurso de discrecionariade. São coisas muito diferentes.

E eu concluo, Excelência, chamando a atenção para essa faixa que está à frente de V.Exas.: “Conselhos de representantes. Se não agora, quando?”

Nós havíamos colocado os conselhos de representantes no último PPA. Ele não foi executado durante os últimos quatro anos. Neste ano, o PPA do Legislativo veio sem a indicação dos conselhos de representantes. E estamos pedindo ao Vereador Silvinho Leite que volte a incluir essa matéria no PPA; e, ao Vereador Marcelo Messias, que inclua essa matéria na LOA, para que, a partir do próximo ano, nós possamos encaminhar e chegar junto com os conselhos de representantes, e, em 2027 – quando termina, em 2026, a representação dos conselhos de representantes –, nós iniciemos uma nova etapa. E que aproveitemos o próximo ano para fazer os ajustes orçamentários, colocando o Município de São Paulo dentro da legalidade, nos trilhos, para que de fato possamos honrar com o brasão do município: “Nós conduzimos, não somos conduzidos”.

Muito obrigado, Excelências. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Prof. Marcelo.

O próximo inscrito é o Sérgio José. E, depois, o André.

O SR. SÉRGIO JOSÉ – Boa tarde.

Meus cumprimentos às autoridades da Mesa e à sociedade civil presente.

Eu fiz carreira acadêmica na Escola Paulista de Medicina, e, portanto, numa universidade federal. E vou só tentar passar algumas mensagens nesse final sobre coisas que parecem importante que falemos neste momento.

Uma mensagem é sobre mudanças. E uma segunda coisa é relacionado com o que nós vimos, hoje, aqui: uma demonstração de cumprimento de lição de casa – que é uma coisa muito cara para quem vem da minha área da formação de médicas. Então são três mensagens.

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 59 DE 71

A primeira mensagem é dirigida ao TCM, que apontou, hoje, uma coisa que esperávamos há muito tempo: a ausência do monitoramento eletrônico de execução orçamentária – o que vale dizer que não tem controle.

A segunda mensagem é sobre a presença de valores simbólicos no orçamento.

Ao fazer isso, eu tenho que impressão de que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo, pela primeira vez, ao longo de muito tempo, mostrou que está se sensibilizando a essa forma como o Prof. Nerling a ele se refere, que é o “Tribunal de Faz de Contas”.

A nossa esperança é de que ele siga por esse caminho agora e se sustente nessa nova situação, nesse novo comportamento.

A outra coisa é que o Conselho Municipal de Saúde examinou, reprovou, o Plano Municipal de Municipal 2026-29. E para quem é da área da Saúde, ou para quem tem alguma responsabilidade na área de Saúde, em todos os seus segmentos, é muito difícil reprovar um plano como esse. Mas a reprovação aconteceu, e de maneira precisa, merecida. E nós precisamos nos debruçar sobre o que vem a seguir, porque esse plano precisa ser refeito.

Por último, já terminando, eu gostaria de, muito respeitosamente, fazer um alerta para esta Casa: o mundo está mudando, as instituições estão precisando fazer os seus deveres de casa, sem os quais elas vão enfrentar momentos muito atribulados.

E, respeitosamente, peço mais uma vez a esta Casa que dê atenção à lei maior do nosso país, a Constituição Federal, e que o já mencionado conselho dos representantes da casa fosse instituído.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado.

O próximo inscrito é o André Ilha.

Em seguida, Davi Santiago, Douglas Cardoso. E, por último, Maria de Deus.

O SR. ANDRÉ ILHA – Bom dia a todos, todas e a todes.

Bom dia à Mesa. Bom dia, conselheiros.

Bom dia ao Marcelo, que era meu colega de conselho participativo municipal.

Meu lugar de fala é como arquiteto, pós-graduado em Administração Pública, assim como o Secretário. Sou do Coletivo Envelhecer, do Conselho Municipal de Política Urbana, e represento a Macrozona Oeste. Portanto, represento a sociedade civil dos bairros da Lapa, Butantã e Pinheiros. Falo como cidadão e como agente de controle social.

Fazendo eco ao exposto pelo auditor Rodrigo Nonato, e como apontado em 10 de julho na reunião n. 88 do Conselho Municipal de Política Urbana, e, depois, na ausência do registro deste apontamento na ata oficial, frente ao qual, em 22 de setembro, fizemos um requerimento, em nome do Conselho Municipal de Política Urbana, por meio de SEI, vimos, nós, da sociedade civil, apontar que tanto o Programa de Metas, e, agora, o Plano Plurianual não apresentam metas, indicadores ou quaisquer linhas de base. E quero apontar que a Rede Nossa São Paulo apontou ainda que o índice de distribuição regional do gasto público reitera investimentos em áreas já consolidadas e discrepantes em relação às necessidades de desenvolvimento de territórios vulneráveis e de melhoria de vida da população.

Frente a isso, pergunto ao Secretário e à Mesa: quais os critérios de racionalidade alocativa nesse orçamento, afinal? Quais foram os critérios para a escolha desses recursos? Como explicar os gastos desproporcionais em recapeamento em áreas carentes de Habitação, Saúde, Cultura e habitação para pessoas idosas? Como explicar o investimento desproporcional em áreas sem investimento social e ambiental dessa natureza? Como chegaram à lista de atividades e ações presentes no atual orçamento público? O emprego de metas de impacto, linhas de base e critérios de avaliação são uma medida da administração pública gerencial contra o fisiologismo.

Repito. Atenção: precisamos de metas contra o fisiologismo, contra o varejo na construção do orçamento público. E estamos de olho.

O fisiologismo é o uso do aparelho de estado para fins privados. E a falta de transparência do orçamento público atual reforça condições para que o fisiologismo aconteça.

O debate público em torno de metas é um lugar essencial para o debate acerca dos propósitos de um governo, para que esse debate não aconteça no varejo, sem controle quanto

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 61 DE 71

ao seu impacto real na qualidade de vida das pessoas. Esse é um espaço de legitimação da peça orçamentária que nos foi destituído, o que fere direitos coletivos e de beneficiários de diversas políticas públicas dolosamente.

Como cidadão, venho clamar ao auditor para que nós construamos esse diálogo.

Nesse quadro, venho rogar pela consideração dos pleitos apresentados pelos conselhos municipais, representados no CMTU, em especial, aos pleitos dos idosos, que tiveram tempo e energia para se organizarem e trazerem uma proposta sólida.

Em que lugar essa gestão e a sua secretaria deseja ser reconhecida na história em relação a esse debate?

Então quero convidar o Sr. Secretário, com urgência, no âmbito do Grupo de Trabalho de Controle Social e Planejamento do CMPT, que está instituído, assim como o TCM, para participar de uma reunião e justificar a construção do orçamento.

E quero chamar todos os presentes para participar desse debate, para que possamos, ano a ano, construir um Legislativo legítimo, em diálogo com os anseios da população e da sociedade civil, e não da elite política. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – O próximo inscrito é o Davi Santiago, por favor.

Em seguida, Douglas. E, por último, Maria de Deus.

O SR. DAVI SANTIAGO – Boa tarde.

Eu queria reiterar um pouquinho o assunto que foi comentado quase instantaneamente, agora, atrás, sobre os conselhos de representantes.

Neste último mês, os alunos da Escola do Parlamento, em cooperação com a USP, percorreram os 55 gabinetes da Casa, conversando, quando não com os Vereadores, com os chefes de gabinete, assessores do jurídico, para eles considerarem a reintrodução, porque essa matéria do conselho de representantes era uma ação do PPA de 2022 e 2025. E agora, no novo projeto, estudando o tema, vimos que ele foi retirado do PPA que vai entrar em vigor ano que vem.

Então a gente percorreu os gabinetes, pedindo que fosse considerado, esclarecendo para os gabinetes que não lembravam o que eram os conselhos dos representantes, porque essa já é uma lei de 1990.

E só para resumir um pouquinho do que são os conselhos de representantes para quem não está lembrado: são um instrumento de participação social muito importante porque não convive, hoje, com os conselhos participativos municipais, no sentido de que os conselhos participativos municipais, muito importantes, embora com conselheiros muito atuantes, não têm uma base tão consistente para atuar. E o conselho de representantes traz uma base muito mais consistente e legal, muito mais estruturada, para que atuem, planejando, fiscalizando o planejamento do orçamento, para que não haja as dotações especulativas – como muito já foi dito aqui hoje pelo Executivo, dotações simbólicas, controlar onde o orçamento está sendo executado.

Essa era a minha fala: conselho dos representantes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Davi.

O próximo inscrito é o Douglas Cardoso, e, depois, dona Maria de Deus.

Por favor, temos que entregar o Salão Nobre.

O SR. DOUGLAS CARDOSO – Primeiramente, bom dia, quase boa tarde, a todas e todos.

Quando falamos sobre a questão de previsão orçamentária, de lei orçamentária anual, nós temos que entender que isso faz parte de um planejamento. E um planejamento, dentro de uma prefeitura como a de São Paulo, não pode deixar de incluir os trabalhadores, que são os servidores públicos, essenciais para que esta cidade possa funcionar.

Mas a Prefeitura de São Paulo vem tratando de uma forma totalmente desigual os servidores públicos, principalmente os aposentados e pensionistas, que hoje têm 14% de confisco dos seus benefícios. Isso é um absurdo.

Esses trabalhadores estão em uma situação lastimável.

Também quero colocar, dentro da peça orçamentária, trazer à sensibilidade desta

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 63 DE 71

Casa para que o reajuste anual previsto para 2026 possa ser incluído nesta peça orçamentária.

O nosso reajuste de 5% foi parcelado neste ano, 2,5% neste ano e 2,5% ano que vem. Agora, a pergunta que não quer parar de ser questionada: estão previstos esses 2,5%, mas assim não só previsto esses 2,5% para 2026, deste parcelamento de 2025, mas precisa também ser feita a recomposição inflacionária dos trabalhadores e com ganho real.

Por último e finalizando, esta Casa não pode deixar de aprovar a nomeação dos aprovados nos últimos concursos, e a realização de mais concursos públicos para poder suprir a necessidade da população.

Obrigado, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado.

A próxima é a D. Maria, se puder ser bem rápida, eu preciso passar a palavra para o Secretário.

A SRA. MARIA DE DEUS – Sim, por dois minutos. Bola, bola, você pode me cortar, mas antes eu vou falar.

Meu nome é Maria de Deus. Eu sou do grupo de idosos que bate ponto em todas as audiências públicas desta Casa. Estou aqui para defender as nossas propostas.

Secretário Clodoaldo, bom dia! Bom dia, Marcelo! Recebam com carinho o documento que foi encaminhado das propostas dos idosos, fruto de um trabalho imenso, ao longo de todo esse período pelos nossos queridos Seiti, Luzia, que estão aqui. Recebam com carinho, vejam com carinho.

O que é que nós queremos? Nós queremos respeito e dignidade. Nós queremos locação social, nós queremos enfrentamento contra a violência, enfrentamento contra o idadismo. Nós queremos LPIs. Nós temos uma em São Paulo de alta complexidade. É impossível isso num município tão rico. Nós queremos orçamento público para as pessoas idosas.

Há participação social. Eu quero falar, rapidamente, da participação social. A participação social nós aprendemos nesse movimento, estamos aqui em todas as audiências.

Mas a participação social ganharia muito se o Conselho de representantes fosse,

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 64 DE 71

realmente, pensado pela Câmara Municipal. Está na Lei Orgânica, faz parte. São os artigos 54 e 55 da Lei Orgânica. Esta Casa tem que se debruçar sobre a questão dos Conselhos de representantes. A nossa participação social ganharia muito como isso.

A colega está me falando fora o idadismo. Por falar em fora o idadismo, o EJA. Como educadora, vou falar um pouquinho da parte da Educação. O EJA não nos atende mais. O EJA é uma educação de jovens que não conseguiram concluir a sua formação, o seu ensino fundamental na idade adequada.

Ele não é mais para os idosos. Os idosos não podem ir à noite, não vão à noite. As salas do EJA terminam às 23h. Como esse idoso volta para casa sem saber se tem ou não condução para ele voltar para casa? A violência à noite, às 23h, e a questão do idadismo também que ocorre dentro das salas que nós sabemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Concluindo, por favor.

A SRA. MARIA DE DEUS – Dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Eu não posso preciso entregar o salão, preciso da colaboração da senhora, por favor.

A SRA. MARIA DE DEUS – Sim. Dois segundos.

Então, a questão do EJA e a questão da transferência de renda às escolas para reforma das escolas, essa transferência de renda deve ser para o seu projeto pedagógico.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Dona Maria, obrigado. Perdo-me porque o tempo está estourado.

A SRA. MARIA DE DEUS – Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Quem vai fazer a fala é o Vereador Silvinho Leite, que é o Relator do PPA 2026-29.

O SR. SILVINHO LEITE – Boa tarde a todas e todos.

Eu queria agradecer a presença de todos vocês e agradecer a presença do nosso representante do TCM, Rodrigo Nonato; Clodoaldo, nosso Secretário de Planejamento, onde estudo começa; nosso nobre Vereador Relator do Orçamento, Marcelo Messias, e a nossa

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 65 DE 71

Procuradora da Casa, Vereadora Sandra Tadeu, Procuradora das Mulheres aqui na Casa. Uma procuradoria muito importante.

Bom, três colocações simples, mas eu acho que fazem referência por ser o Relator do PPA. Eu já estive discutindo em outras situações e queria que parabenizar o Fórum do Idoso, o Conselho de Idoso, a todos vocês que, há anos, vem se fazendo representados nesta Casa. (Palmas)

Eu tenho muito orgulho de ver como vocês são ativos aqui. Dona Olga, vejo há muito tempo; dona Cida, os demais; o Ed conheci neste ano.

Vou dizer uma coisa a vocês: o que fizeram, realmente, estão de parabéns, porque não é todo mundo que tem a capacidade de fazer o que vocês fizeram numa peça tão técnica – e uma das coisas, Secretário, aproveitando essa fala que eu já falei em outras reuniões, comentei com o Vicente que vem em todas as reuniões. Queria parabenizar a sua Secretaria, porque, se eu não tiver enganado, eu acho que foi a única Secretaria que veio em todas as audiências públicas. Teve representatividade e ouviu todo mundo. (Palmas)

Então, nós temos que, realmente, parabenizá-lo.

Mas eu gostaria de deixar algumas coisas, já que sempre é onde tudo começa, Secretário: discussão sobre a Secretaria do Idoso, inclusive, eu já protocolei um documento de indicação para o nosso Prefeito Ricardo Nunes. Vamos ver a possibilidade de nos sentar com ele também, porque nós vemos que o idoso cabe no orçamento, mas cabe em várias pastas, só que o acompanhamento, como ele é muito técnico, Secretário, fica difícil.

Eu acho que se nós criarmos, vou propor isso também, inclusive, no PPA, ao longo desses 4 anos, uma Secretaria específica para o idoso, com orçamento, porque não adianta também ter a Secretaria, a parte governamental, e não ter verba, eu acho que a gente conseguiria dar uma visibilidade melhor. Até pelo plano que foi apresentado aqui hoje, acho que já teremos até representantes aqui para poder compor essa Secretaria. É aquela história do nada sem nós sem nós.

Então, acho que precisamos nos sentar, realmente, com o Fórum. Os conselhos

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 66 DE 71

foram realmente muito importantes. Eu acho que caberia nós pensarmos um estudo. Assim foi, também, na Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, era uma Secretaria que era guarda-chuva da Saúde, que depois virou a Secretaria Executiva; agora, virou a Secretaria titular. O orçamento que saiu de 1 milhão; hoje, está em 139 milhões. Acho que caberíamos estudar essa possibilidade para o idoso.

Por que é que eu digo isso? Com as demandas que os senhores trouxeram aqui nós fizemos algumas visitas. Temos idosos abandonados em hospitais, UBSs, em alguns espaços, e a discussão dos ILPs.

Eu acho que nós precisamos ter um senso junto com a Secretaria para saber quantos são, quem são, onde estão e como vivem. Temos vários idosos hoje que ainda estão morando sozinhos. É um problema muito sério, mas não é um problema só municipal, gente. É um problema estadual, federal, mas que tem que ter a discussão.

Sei que muitos de vocês foram para Brasília, para o fórum, e participaram, mas nós temos que trazer recursos federais também, recursos estaduais.

Então, eu proponho uma discussão a nível estrutural, Secretário, para que a gente possa dar esse retorno para os nossos idosos, que hoje, geralmente, têm feito uma representatividade muito ampla na Câmara Municipal de São Paulo.

Vou procurar fazer o melhor possível. Tenho a certeza de que o Marcelo também, no orçamento, para que a gente faça essa briga junto de criarmos a nossa Secretaria Municipal do Idoso.

Como a Sandra falou, acho que a Secretaria da Mulher também já demorou. Mas acho que a do idoso se faz necessária.

Quero verificar a possibilidade, também, Secretário, estávamos conversando, em paralelo, de aprimorarmos a distribuição do orçamento participativo entre as Subprefeituras, as periferias com a região central.

Não dá para dizer que os 10 milhões são iguais para a Cidade de Tiradentes, a Freguesia do Ó, a região de M'Boi Mirim, Campo Limpo, região de Pinheiros, Santana, Vila

Mariana. Não dá para dizer que 10 milhões são iguais para todos, porque não são. Eu acho que, realmente, cabe uma discussão melhor para que a gente possa pensar nessa possibilidade de redistribuir melhor ou aumentar nas periferias ou distribuir melhor, fazer um trabalho melhor na Secretaria, Sempla.

Uma das coisas que vocês vêm acompanhando nos últimos dias – eu queria ver se existe algum tipo de estudo por parte de Sempla sobre o atendimento de equipes multidisciplinares que é aquele cuidado de quem cuida, em especial, professores, enfermeiros e médicos que, conforme levantamentos apresentados recentemente, estamos com uma demanda muito alta de pessoas afastadas por saúde mental. Então, eu queria saber se Sempla, antes de pensar no planejamento da cidade como um todo, tem feito um estudo – ou podemos providenciar o estudo, já vou providenciar – para essas equipes multidisciplinares.

Hoje, eu estava vendo o jornal de manhã. Salvo engano, de 10 profissionais, 8 estão afastados por causa de problema mental. Eu acho que é um índice muito alto, e nós, realmente, temos que acender a luz amarela, acho que é até a luz vermelha.

Temos que pensar num estudo geral sobre esses profissionais porque, afinal de contas, são profissionais dos quais todos nós dependemos. A cidade inteira depende.

Temos que pensar nesse tratamento de equipes multidisciplinares para podermos cuidar dessas pessoas que cuidam da gente, porque, desde a pandemia, o profissional da Saúde já vem reclamando, porque não está tendo uma assistência, está um atendimento; e ele está doente. Se o profissional da Saúde está doente, como é que nós vamos cobrar dele o atendimento adequado pela nossa municipalidade.

Então, nós temos que cuidar também de quem cuida, Secretário.

Para encerrar, eu que eu gostaria que não poderia deixar comentar sobre isso: um estudo melhor enquanto acessibilidade e inclusão e respeito a pessoa idosa, PCD as pessoas com doenças raras e neurodivergentes. Eu acho que este nosso orçamento tem que ser um pouco mais claro. Nós estamos falando de uma cidade muito inclusiva, que faz muito pela inclusão, faz muito pela acessibilidade, só que nós ainda estamos devendo muito para essas

peessoas, Secretário.

Então, eu queria ver a possibilidade de termos uma conversa com Sempla e com os demais Secretários, para que, realmente, a gente faça uma cidade inclusiva.

Como já foi falado, que o selo Cidade Amiga do Idoso, realmente, seja válido e que a gente possa dar uma representatividade melhor.

Quanto aos critérios de alocação orçamentária das regiões da cidade de São Paulo, se não me engano, a folha 2 do PPA, está muito claro que a Secretaria, neste ano, usou como base as áreas mais vulneráveis.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Concluindo, Silvinho, por favor. Vai dar 14h, e há mais três pessoas para falar, por favor, irmão.

O SR. SILVINHO LEITE – Presidente, eu gostaria de verificar com o senhor que a gente, realmente, faça cumprir os dados que vocês mesmo levantaram, as áreas mais periféricas, mais vulneráveis, que tenham mais orçamento, que é o que todo mundo pediu para as Subprefeituras.

No mais, agradeço a presença do senhor, de todos vocês. Parabéns a vocês, idosos, realmente, acho que vocês merecem todo o nosso respeito e assim o terão deste relator do PPA.

Muito obrigado. (Palmas)

Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Muito obrigado, Silvinho.

Passo a palavra para o Rodrigo Nonato, do TCM. Seja breve, por favor.

O SR. RODRIGO DE ALMEIDA BRITO NONATO – É coisa rápida.

Gostaria de fazer dois registros: o primeiro registro é em relação ao sistema íris que foi falado. Recentemente, o Tribunal reformulou o site. Não sei se vocês tiveram ciência, mas, de qualquer forma, eu vou levar a demanda para o setor responsável para poder aprimorar.

Outro registro que eu gostaria de fazer. É coisa rápida. É que, amanhã, o Tribunal de Contas estará lançando o portal Data São Paulo na Escola de Contas em parceria com o Observatório de Políticas Públicas. Então, eu queria deixar esse registro que vai ser amanhã às

REUNIÃO: 21548 DATA: 26/11/2025 FL: 69 DE 71

4h30. Todos estão convidados.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Obrigado, Rodrigo.

Passo a palavra para o nosso Secretário Clodoaldo para suas considerações, por favor.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Bom, primeiro, alguns esclarecimentos.

A primeira questão do Fundo da Cultura: o Secretário Totó, depois da audiência de vocês, veio nos falar. Nós estamos encaminhando já para o Relator uma proposta de mudança para a instituição do fundo, que isso colabora, principalmente, recebimento de recursos estaduais e federais. Então, isso, para, depois, fazermos a regulamentação do fundo do conselho, para que poder ter isso implantado.

Nós temos na Cultura o orçamento 8% maior do que foi no ano passado. Então, o orçamento deste ano está melhor direcionado para as várias áreas. Vamos procurar não só reduzir a questão dos das suplementações, mas, também, minorar a questão dos congelamentos.

Quanto à execução, acho que vale à pena falar com o Secretário para rever processos para que possam ser mais rápidos. Lembro que para a questão do fomento foram liberados os recursos em final de fevereiro ou começo de março deste ano. Foram liberados recursos do Promac, da Lei Paulo Gustavo e de todas as legislações, audiovisual, enfim, que, somados, dava 230 milhões.

Nós precisamos acelerar os processos para que os contratos possam ser contratados, possam ser assinados, com os recursos os programas serem realizados e as liquidações serem feitas. Temos um ano.

Eu me recordo que, quando o Superintendente do DER e Secretário no Estado, eu ficava, mês a mês, para executar o orçamento e sempre executava orçamento, ainda pegava dos outros que não executavam. Então, organizar todos os procedimentos, reduzir tempos na Cultura para que isso possa ser feito.

Fala também do PPA do Esporte, 2,4 bi; o orçamento do HSPM para este ano é 598 milhões. É uma rubrica complementar, não é zero e não são 3 mil.

O Participe+ teve muita participação do Plano de Metas, não só do Orçamento Cidadão. Nós abrimos muita participação nas 36 audiências. O PMRR sobre o qual uma moça chamada Rosana falou muito bem, são 121 áreas, 6 bilhões de reais para o primeiro quadriênio, áreas prioritárias. Nós já temos 14 licitadas, 9 estamos brigando para que os recursos do PAC cheguem.

Nós temos 125 milhões de dólares que estamos apresentando à Coflex, órgão do Governo Federal que aprova financiamentos para que possamos investir nessas áreas. Então, as áreas são elencadas: são 800 áreas, 16 anos previstos de planejamento, de acordo com o grau de risco – riscos maiores, investimentos prioritários. Então, R 4, R3, R 2, R1.

Por fim, quero falar da Virada Cultural. Há um desentendimento aí.

No ano de 2024, já foram investidos 54 milhões em diversas rubricas. No ano de 2025, nós resolvemos colocar uma rubrica só para dar mais transparência. Então, por isso que foi feita a suplementação para 54 milhões.

– Manifestações do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – É verdade. Eu provo. Não, o orçamento era de 11, mas, no ano de 2024, nós já gastamos 54.

– Manifestações do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Desculpe-me. Por favor, me ouça.

Eu ouvi todo mundo, 39 pessoas, me ouçam, por favor.

Então, nós suplementamos para ficar igual valor. Nós temos transparência total. Se quiser pedir o que foi gasto em 24 e 25 é o mesmo valor, e nós estamos pedindo, em 26, um valor semelhante.

Nós temos, além da região central, palcos em todas as regiões da periferia.

– Manifestações do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Não, mas aí eu não decido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Messias) – Nós precisamos concluir a audiência porque estamos no horário.

– Manifestações do público.

O SR. CLODOALDO PELIZZONI – Não tem conversa, não. Foi isso aqui. Você pode pedir de onde você quiser a informação que nós vamos enviar.

Então, por fim, eu quero agradecer a participação de todos, especialmente a dos idosos, muito justas essas solicitações. Nós vamos ler com carinho o material, levar a preocupação para o Prefeito Ricardo Nunes. Agradeço a todos. (Palmas)

Muito obrigado. (Palmas)

– Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Clodoaldo. Obrigado, Nonato.

O Relator tem a palavra.

O SR. MARCELO MESSIAS – Quero agradecer ao Secretário, ao Silvinho, Jair e Rodrigo, a cada um de vocês. O nosso gabinete segue aberto para juntos –ninguém faz nada sozinho – construirmos um orçamento que faça a diferença na história de vocês.

Quero parabenizar, também, com o Secretário, o Silvinho, o Jair, o movimento dos idosos. Isso me deixa muito feliz de saber que eu sou brasileiro, paulistano, por ter pessoas como vocês que nos representam e cobram, realmente, o Poder Público.

Estamos disponíveis para continuar trabalhando para fazer o melhor orçamento da cidade de São Paulo. Juntos faremos a diferença, porque o dinheiro do povo tem que voltar para o povo.

Obrigado, Jair.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Sandra; obrigado a todos e a todas.

Nada mais a tratar, está encerrada a nossa audiência pública.